

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

ANO 59
AGO/SET 2022

#471

PREÇOS ALTOS
ASSUSTAM AS FAMÍLIAS

FALTA COMIDA PARA
33,1 MILHÕES

CONSUMO

Gilson Rodrigues

"As favelas movimentam R\$ 170 bilhões, sem estímulo, e geram riqueza."

EDUCAÇÃO

Crianças fora da escola

Abandono escolar compromete a aprendizagem

Futuro incerto

EM MEIO A MAIS UMA ELEIÇÃO PRESIDENCIAL, O BRASIL CONVIVE COM ANTIGOS PERCALÇOS ACENTUADOS PELA PANDEMIA: DESEMPREGO, INFLAÇÃO, FOME E DÉFICITS NA EDUCAÇÃO



R\$15,90





SOLUÇÕES QUE ATENDEM SUA EMPRESA.

Com programas liderados por especialistas, o Atendimento Corporativo Senac desenvolve as capacidades de quem faz sua empresa crescer.

DESENVOLVENDO TALENTOS,
POTENCIALIZANDO RESULTADOS.

corporativo.sp.senac.br

0800 707 1027

**Senac**

atendimento corporativo

FECOMERCIO SP

PRESIDENTE Abram Szajman

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

TUTU

www.agenciaturu.com.br

REDAÇÃO

Rua Santa Cruz, 722, 5º andar

CEP 04122-000

São Paulo/SP | (11) 3170-1571

PUBLICAÇÕES

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO INTEGRADA Demian Russo

DIRETORA DE CONTEÚDO Elisa Klabunde

EDITOR Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITOR-ASSISTENTE Eduardo Ribeiro

REPÓRTER Filipe Lopes

REVISÃO Flávia Marques e Marina Jarouche

DIRETORES DE ARTE Clara Voegeli e Demian Russo

EDITORA DE ARTE Carolina Lusser

DESIGNERS Alberto Lins, Estêvão Vieira, Igor Marques, Joélson Buggilla, Jônia Caon, Paula Seco e Yana Parente

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Aline Carvalho, Antonio Lanzana, Daniel Buarque, Edison Veiga, Gilmar Santos, Guilherme Meirelles, Herbert Carvalho, Luciana Alvarez, Marcus Lopes, Martha Funke, Pâmela Brito, Paulo Delgado e Vinicius Mendes

RELAÇÕES PÚBLICAS

Maria Izabel Collor de Mello

CAPA Joélson Buggilla

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem a opinião da PB.

Sua publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

revistapb.com.br

FALE COM A GENTE

publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #471

A proposta desta edição é traçar um retrato (não definitivo, é claro) do País que o presidente e o Congresso eleitos este ano vão administrar a partir de 2023. Os percalços serão muitos. Estamos na “ressaca” de uma crise sanitária, que nos trouxe novos problemas e acentuou entraves históricos. Na expectativa de fornecer perspectivas para uma reconfiguração sustentável das nossas bases sociais, amplificamos vozes, aprofundando análises sobre questões elementares, como inflação, desemprego, fome, educação e abismo digital.



Quer ficar por dentro das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter. Basta apontar o seu celular para este código QR.

revistapb.com.br

@pbrevista

@pbrevista

@pb_revista

@fecomerciosp



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.

Instigante como o Brasil.

É retratando e analisando a pluralidade, a diversidade e a complexidade do Brasil, que a PB se atualiza e se reinventa. São reportagens, artigos, ensaios fotográficos, charges e HQs que lançam um olhar abrangente, atual e inusitado sobre a sociedade, a política, a cultura e as pessoas do País.

SUPREENDA-SE. Leia a revista e confira os nossos outros canais.

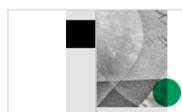
WWW.REVISTAPB.COM.BR

TUTU



8 Entrevista
GILSON RODRIGUES: OPORTUNIDADES EM MEIO A CARÊNCIAS

12 Emprego
AUMENTO DA POPULAÇÃO OCUPADA ACHATA SALÁRIOS



18 Economia
INFLAÇÃO VOLTA A ASSOMBRAR
A ROTINA DOS LARES

22 Ciência
"COMBATE A DOENÇAS NEUROLÓGICAS",
POR AGÊNCIA BORI

23 Artigo
"TRÊS DÉCADAS INSTÁVEIS",
POR DANIEL BUARQUE

26 Site PB
BRASA EM CASA, FUTURO
DA ELETROBRAS E MAIS



28 Sociedade
FOME CRESCE NO BRASIL



32 Educação
ESCOLAS REABERTAS E MAIS VAZIAS

36 7 perguntas
BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA: PAULO
REZZUTTI ANALISA O LEGADO DO IMPÉRIO



38 Sociedade
RETRATO DE QUEM VIVE À
MARGEM DA DIGITALIZAÇÃO

42 História
TENENTISMO: CEM ANOS DA REVOLTA
DOS 18 DO FORTI DE COPACABANA



44 Artigo
"SOLAVANCOS NA ELEIÇÃO",
POR PAULO DELGADO

45 Artigo
"DESAFIOS ECONÔMICOS PARA
2023", POR ANTONIO LANZANA

46 Brasileiros
PROFISSIONALIZAÇÃO DO
PODER LEGISLATIVO

Inflação e desemprego à mesa

Prestes a escolher mais um presidente da República, deputados e senadores, o brasileiro convive com uma realidade nada confortável. Os indicadores econômicos permanecem distantes do que se poderia considerar uma situação normalizada. Está difícil viver, conviver, produzir, consumir.

Mais uma vez, a conta chega para a sociedade, que tem de lidar com inflação em níveis recordes, desemprego, fome e déficits na educação e na digitalização das atividades produtivas – estes dois últimos aspectos fundamentais para a competitividade do País.

A discussão acerca desses entraves ganha destaque nas páginas desta edição da PB, com a participação de empresas, entidades e especialistas, que procuram apontar alternativas capazes de nos colocar, ao menos, nos patamares pré-pandemia.

Mas, apesar de estar muito pobre, o Brasil é muito rico. Tem condições e características para reverter tais situações. Pródigos em biodiversidade, ostentamos atributos que podem nos alçar a uma posição privilegiada no processo de reconfiguração global. Contudo, o poder público precisa ter responsabilidade social, fiscal e política. Sem isso, não há como planejar o desenvolvimento e o progresso.

Não se trata mais de mudanças pontuais, mas de reestruturação de nosso modelo político. Se os governantes continuarem a usar os mesmos ingredientes populistas e imediatistas, à sociedade será servido sempre o velho cardápio, tendo como prato principal o subdesenvolvimento. Não há como superar as mazelas e o atraso sem visão estratégica e perspectiva de longo prazo.

A eleição que se aproxima definirá nosso futuro como Nação. Por isso, ela deve fazer emergir projetos comprometidos com o Brasil, e não apenas políticos preocupados com a sobrevivência em Brasília.

ABRAM SZAJMAN,
presidente da Federação
do Comércio de Bens,
Serviços e Turismo
do Estado de São
Paulo (FecomercioSP),
entidade gestora do
Sesc-SP e do Senac-SP

A GENTE NÃO QUER SÓ COMIDA

edição de texto
FILIPE LOPES

entrevista
LUCAS MOTA

ONDE MUITOS ENXERGAM CARÊNCIAS, **GILSON RODRIGUES** OFERECE E IDENTIFICA OPORTUNIDADES. PRESIDENTE DO G10 FAVELAS – BLOCO DE LÍDERES E EMPREENDEDORES SOCIAIS DAS DEZ MAIORES FAVELAS DO BRASIL, QUE, JUNTAS, MOVIMENTAM R\$ 7,9 BILHÕES POR ANO –, ELE DESAFIA AS ESTRUTURAS PREEXISTENTES. RODRIGUES FUNDOU EMPRESAS EM PARAISÓPOLIS – QUINTA MAIOR FAVELA DO BRASIL – PARA LEVAR SERVIÇOS BÁSICOS, COMO TRANSPORTE POR APLICATIVO E CRÉDITO. POR MEIO DO G10 BANK PARTICIPAÇÕES, PLANEJA CONCEDER EMPRÉSTIMOS A QUEM GERALMENTE TEM ACESSO NEGADO PELOS BANCOS. LEIA OS PRINCIPAIS TRECHOS DA ENTREVISTA CONCEDIDA PARA O PODCAST DA **PB** DURANTE O EVENTO **BRASA EM CASA**, QUE ACONTECEU EM JULHO, NA SEDE DA FECOMERCIO-SP.

gerar emprego e renda, e pode se desenvolver como qualquer bairro ou cidade, onde você mora, estuda, trabalha e ama.

Como funciona o G10 Favelas, bloco de líderes de impacto social?

O G10 é a segunda fase do trabalho em Paraisópolis e nasceu da possibilidade de escalar tudo que foi feito na comunidade e transferir para a realidade de outras favelas. O bloco reúne empreendedores sociais das dez maiores favelas do Brasil e foi inspirado no G7 [grupo dos países mais industrializados do mundo] e no G20 [fórum que reúne os principais países industrializados e emergentes], para termos um bloco de favelas ricas. Nosso bloco movimenta quase R\$ 8 bilhões por ano e acredita que, por meio do investimento público e privado, da educação e do empreendedorismo, todos são capazes de ser agentes da transformação da sua própria realidade. A melhor forma de ajudar o Brasil e a população mais carente é estimular o empreendedorismo. Temos 18 iniciativas em Paraisópolis, que já estão levando o empreendedorismo para o Brasil inteiro, com pavilhões instalados nas favelas de Heliópolis (SP), Betim (MG), Complexo do Alemão (RJ) e Casa Amarela (PE). E estamos para inaugurar em Coroadinho (MA).

Qual é o alcance do trabalho do G10?

O G10 atua em 16 Estados, com 389 favelas, e somos a maior rede de moradores voluntários do Brasil, com 4.002 presidentes de rua; projeto em que, a cada 50 casas, há um morador voluntário cuidando de 50 famílias. Esse trabalho ganhou muito destaque, principalmente na pandemia, sendo capa de diversas publicações jornalísticas, como o *The Washington Post* [jornal norte-americano], e fomos considerados o *case* de melhor gestão na pandemia, à frente da cidade de São Paulo. Agora, com a sociedade voltando ao normal, imersa na fome e no desemprego, esses presidentes de rua viraram agentes de transformação econômica. Um exemplo é a criação do G10 Bank Participações, um banco que ajuda a dar crédito para quem quer empreender. Hoje, temos cerca de 33 milhões de pessoas passando fome no Brasil. Isso exige um trabalho emergencial, mas as pessoas não podem viver com o básico. Elas querem viver da própria renda, dos seus empregos, para não

dependerem sempre de doação. Mas, para isso, é necessário que haja investimento em educação e qualificação.

Outro trabalho recente foi o desenvolvimento de um polo de tecnologia e inovação em Paraisópolis. Como foi esse trabalho de levar educação e tecnologia para uma região mais vulnerável e, ao mesmo tempo, priorizar a população de mulheres, negros e jovens?

Neste processo, percebemos que a tecnologia é fundamental, porque é a área que tem crescido mais e que vai gerar a maioria dos empregos nos próximos anos. Por isso, criamos o G10 Tec, para ajudar as pessoas da favela a se formarem, pois, quando se olha para a favela e para o empreendedor, por vezes, o profissional perde oportunidades pela falta de

um CEP ou pela cor da pele. Mas, na internet, não existem essas barreiras. Você pode ter qualquer cor, morar em qualquer lugar. Um programador, por exemplo, não precisa passar por tudo isso, desde que entregue um trabalho de qualidade. Na minha juventude, fiz curso de informática, mas meu filho de dez anos nem precisou, já nasceu inserido nesta tecnologia. Temos o papel de mostrar para os jovens das favelas que a área da tecnologia também pode ser uma opção para empreender e conquistar seu espaço.

Como você enxerga a Paraisópolis de 2010, quando você assumiu a União dos Moradores e do Comércio de Paraisópolis, e a de 2022?

As favelas perceberam que não adianta ficar olhando para seus problemas, mas que devem

criar as próprias soluções, e que ninguém é predestinado a dar errado por ter nascido na favela, que todos podem construir o próprio futuro. Minha história fala muito sobre isso. Fui um menino filho de uma mulher surda e muda, criado com uma tia nas mesmas condições, que era o único da casa que falava, e me expressava muito bem. Então, desde cedo, tive que conviver sendo vigiado pelas minhas atitudes. As crianças hiperativas da favela são marginalizadas, mas aquelas que nascem com as mesmas características em uma família rica são alçadas aos cargos de liderança nas empresas. O meu sucesso serve como referência, para muitas crianças marginalizadas, de que é possível dar certo, mesmo nascendo na favela. Existiram muitas outras pessoas que empreenderam e deram certo na favela, mas a história que se conta é da violência, da marginalização, da carência. O que define a favela ainda é a falta, mas estamos do outro lado da história, em que dizemos às empresas que, se elas não investem na favela, estão perdendo dinheiro. Nós pegamos carros de aplicativos, mas vocês nos bloqueiam; compramos no e-commerce, mas não entregam nos nossos endereços, porque não temos CEP. Vamos rompendo essas barreiras, mostrando dados e fatos de que a favela é capaz de produzir serviços e atender o consumidor local. O maior exemplo disso é o Favela Brasil Express [empresa de logística criada por Gilson], que está presente em sete favelas, completou um milhão de entregas feitas, com uma carga de R\$ 15 milhões, e pretende chegar ao final deste ano com dez milhões de pacotes entregues, 3.500 funcionários e faturamento de R\$ 102 milhões, em 57 favelas.

Qual é o papel do comércio no desenvolvimento da comunidade?

É fundamental, pois, antes, os moradores tinham que pagar condução para consumir em outros polos comerciais, e a favela continuava atrasada. Percebemos que, desenvolvendo o comércio local, gera-se emprego e renda na comunidade. Recentemente, fiz uma viagem a Zurique, na Suíça, e vi que as favelas de lá continuam de pé, porém, foram melhoradas pelo empreendedorismo. Quem sabe também conseguimos transformar nossas favelas em lugares melhores para se viver e empreender,

porque é muito difícil que as comunidades acabem, mas é possível transformá-las.

Que recado passaria para as empresas que ainda não enxergam o potencial do público consumidor das favelas?

Se a empresa ainda não investe nas favelas, está perdendo muito dinheiro. Existem 17 milhões de brasileiros favelados, com R\$ 180 bilhões disponíveis para consumo. Se o empresário ainda não enxerga este potencial, está completamente equivocado sobre o que é o Brasil e sua potência. Não acredite no País dividido por CEPs, pois os meus R\$ 10 não valem menos do que os R\$ 10 das pessoas que moram em Alphaville [bairro rico na Grande São Paulo]. Nós movimentamos R\$ 180 bilhões sem estímulos, e geramos riquezas. Quando tivermos acesso a crédito e a formação, mudaremos, de fato, este País. Os empreendedores do futuro estão nas favelas. Nascemos em um ambiente adverso, sem estímulos, mas quando recebemos a oportunidade para trabalhar e empreender, transformamos a nossa realidade e a vida da comunidade.

&

UM BRASIL é uma plataforma multimídia composta por entrevistas, debates e documentários com nomes dos meios acadêmico, intelectual e empresarial. O conteúdo destes encontros aborda questões importantes sobre os quadros econômico, político e social do Brasil.

OUÇA A ENTREVISTA NA ÍNTEGRA POR MEIO DESTA CÓDIGO QR:



Foto: Divulgação

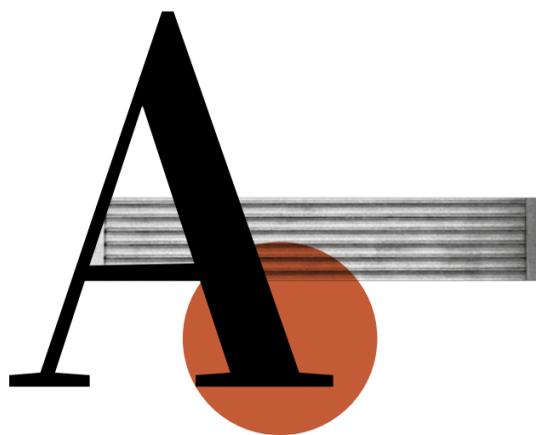


A FAVELA PODE EMPREENDER, GERAR EMPREGO E RENDA, E PODE SE DESENVOLVER COMO QUALQUER BAIRRO OU CIDADE, ONDE VOCÊ MORA, ESTUDA, TRABALHA E AMA.”

EM BUSCA DE MAIS VAGAS

A ascensão contínua da ocupação no País nos últimos meses traz otimismo no curto prazo. Em contrapartida, o achatamento do salário médio, a inflação em alta e os entraves, como os baixos índices de educação e de produtividade, comprometem o ritmo de crescimento econômico.

texto MARTHA FUNKE | ilustração PAULA SECO



As boas notícias divulgadas sobre empregos e trabalho no País ao fim do primeiro semestre apontaram tendências favoráveis, como a queda do número de desocupados e a expansão dos empregos formais. Mas o cenário não está isento de desafios. Os principais estão relacionados ao panorama macroeconômico, liderados pela inflação em alta persistente, ajudando a empurrar para baixo o valor médio dos salários, a capacidade de compra e o ritmo de crescimento.

Como o consumo das famílias compõe cerca de 65% do Produto Interno Bruto (PIB), e os rendimentos do trabalho representam 75% desta fatia, fica cada vez mais difícil romper o ciclo vicioso de falta de emprego decorrente de baixo crescimento econômico, e vice-versa. Por outro lado, há perspectivas positivas relacionadas a iniciativas com impacto ainda em 2022. “Auxílios econômicos, liberação de Fundo de Garantia e do 13º salário, demanda por turismo e lazer, investimentos de Estados e prefeituras, concessões de serviços públicos e vagas temporárias podem favorecer o segundo semestre, ainda que à conta de desequilíbrio orçamentário acumulado para o próximo ano”, analisa José Pastore, professor da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP.

Os dados do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), apresentados no fim de junho, somaram 277 mil vagas formais, com carteiras assinadas e direitos plenos, no saldo de maio (diferença entre contratações e demissões). Com isso, o total de trabalhadores celetistas alcançou 41,7 milhões, com aumento de 0,67%, em relação a abril. Entre maio de 2021 e 2022, os números de trabalhadores formais só não cresceram em dezembro (veja gráfico na página 16).

No acumulado dos cinco primeiros meses do ano, o saldo ficou pouco acima de 1 milhão de vagas. O maior foi registra-

RETORNO GRADATIVO

O cenário de recuperação foi ratificado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua. No trimestre móvel encerrado em maio, a taxa de desocupação ficou abaixo de dois dígitos, 9,8%, a menor para o período desde 2015, quando atingiu 8,3%. Em maio, o número de desocupados totalizou 10,6 milhões de pessoas, contingente 11,5% menor que no trimestre móvel anterior e 30,2% inferior ao mesmo período de 2021. O contingente da força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) foi estimado em 108,1 milhões de pessoas no trimestre, 0,8% maior que no trimestre anterior (dezembro a fevereiro). O nível de ocupação – 97,5 milhões de pessoas – foi o maior de todos os trimestres da pesquisa e contribuiu para a redução da média salarial. Outro recorde foi o trabalho informal, 39,2 milhões de pessoas, 40,1% do total. Adriana Beringuy, coordenadora do estudo da PNAD, destaca o segmento de serviços nessa retomada – particularmente, transporte de passageiros, armazenagem e correios, alojamento e alimentação, um dos mais afetados pela pandemia. O rendimento médio ficou em R\$ 2.613, também recorde na série histórica, ainda que tenha registrado queda anual de 7,2%, empurrada pela inflação. Mesmo assim, a massa de rendimentos, a soma de todos os pagamentos por trabalho no País, alcançou R\$ 240 bilhões, 3% mais que no mesmo período de 2021, graças ao aumento do número de trabalhadores.

Brasil registrou 277 mil novos empregos formais em maio

Saldo do ano – 1,05 milhão de vagas criadas

do pelo setor de serviços, 658 mil, mostrando vigor na recuperação pós-pandemia. Na sequência, vieram indústria, com 174,7 mil postos; construção (155,5 mil); agropecuária (49,2 mil); e comércio (13,8 mil).

O salário médio dos admitidos em maio, porém, encolheu para R\$ 1.898, ante R\$ 1.906 do mês anterior e em meio a um índice inflacionário de 0,83% no período. Na comparação com maio do ano passado (R\$ 2.010,68), também houve recuo.

Para Marcelo Neri, diretor do FGV Social, da Fundação Getúlio Vargas, o aumento na geração de emprego formal, com níveis próximos aos registrados em 2016, é uma das boas notícias. O outro lado da moeda é que o acréscimo da população ocupada empurrou para baixo a renda *per capita* do trabalho, a menor desde o início das medições em 2012: “São dez anos perdidos”, comenta.

Nas contas do IBGE, no ano passado, considerando todas as fontes, o rendimento médio mensal *per capita* do brasileiro ficou em R\$ 1.353, contra R\$ 1.417, em 2012. O boletim Desigualdade das Metrôpoles divulgado em junho, com base na PNAD Contínua trimestral, apontou que 25,2% da população das regiões metropolitanas vivem em lares com rendimento médio *per capita* inferior a um quarto do salário mínimo.

EMPREGOS COM CARTEIRA ASSINADA

maio de 2022

41,7 MILHÕES

maio de 2021

39,1 MILHÕES

Fonte: Ministério do Trabalho

EMPREGOS POR SETOR

Serviços

120.294

Comércio

47.557

Indústria

46.975

Construção

35.445

Agropecuária

26.747

Fonte: Ministério do Trabalho – Período: Maio/2022

DESAFIOS ESTRUTURAIS

Para Flávia Vinhaes, presidente do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro (Corecon-RJ), o gasto público poderia restabelecer o crescimento, inclusive porque o próprio setor privado ainda não se recuperou totalmente dos reflexos da pandemia. “A ocupação aumenta, inicialmente, com degradação e rendimentos menores”, afirma.

O achatamento da renda reflete também a ocupação de vagas de menor salário por pessoas com qualificação superior ao necessário, movimento que tende a ser revertido caso a economia se mantenha em expansão, na avaliação de Bruno Imazumi, economista da LCA. “Um ex-diretor pode ter aceitado uma vaga de gerente, mas se aparecer nova vaga de diretor ele volta para sua realidade”, exemplifica. Outro motivo para compressão de renda é a sobreposição das crises – primeiro, a econômica, depois, a sanitária –, que estimulou o aumento de trabalhadores por conta própria. Entre eles, se destacam os ocupados por intermédio de novas plataformas digitais, como Uber, Rappi e outras, que já compõem pouco mais de 1% da força de trabalho do País.

Um dos desafios para a ampliação do emprego, para José Pastore, é a estrutura de produção nacional, ancorada em ati-

vidades de baixo rendimento e grande foco em commodities para exportação. “No segmento com nível de estudo superior, o desemprego é inferior a 5%, e o salário médio supera sete salários mínimos”, analisa. Pastore enxerga o cenário atual do emprego com otimismo e acredita que 2022 pode fechar com saldo perto de dois milhões de vagas formais.

A produtividade é um desafio local, estabelece Alex Agostini, economista-chefe da Austin, responsável pela compilação de dados para o relatório do Fundo Monetário Internacional (FMI), que apontou o Brasil como um dos países com maior índice de desemprego no mundo – acima de 13%, média da taxa anual registrada em 2021 pela PNAD. Mesmo com taxas mais favoráveis, o País ainda está fora da curva em âmbito mundial, em razão de políticas mal construídas, com impacto direto no mercado de trabalho. Dentre elas, a falta de qualificação da mão de obra para produzir mais e reduzir o custo da produção, o que tende a afastar investimentos externos. Outras são a carga tributária incidente sobre o trabalhador e a falta de direcionamento para características nacionais.

Área em ascensão permanente, a tecnologia terá demanda de profissionais próxima a 800 mil vagas, até 2026, de acordo com estimativa da Associação das Empresas de Tecnologia da

Informação e Comunicação (TIC) e de Tecnologias Digitais (Brasscom). Nem todas as oportunidades visarão engenheiros ou doutores, tendo espaço aberto para formações técnicas e livres, como programação, e mesmo para tarefas mais simples, como instalação de infraestrutura para a rede 5G.

INVESTIMENTO EXTERNO

Além da oportunidade de atração do capital privado por concessões, que tendem a movimentar o campo do trabalho, a Amazônia é mais uma oportunidade pela qual os países estão dispostos a pagar no Brasil, segundo a avaliação de Hélio Zylberstajn, professor sênior da Faculdade de Economia da USP (FEA) e coordenador do salariômetro, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). “O governo pode enveredar pela ideia de crédito de carbono e cobrar pelo serviço, e a floresta está cheia de produtos exóticos para transformação em substâncias, para uma onda de inovação de produtos e processos com base em riqueza natural.”

“O que traz emprego é o crescimento da economia”, afirma. A baixa evolução da massa de rendimentos dificulta a expansão pelo consumo, e o ciclo é rompido com investimento sustentável, capaz de gerar demanda, trabalho, renda e produtividade. “Na nossa história, quem puxa o crescimento é o Estado. Mas o Brasil tem oportunidades, e o mundo tem capital.”

Zylberstajn complementa que críticas às novas modalidades de trabalho possibilitadas pela Reforma Trabalhista não se sustentam. Os trabalhos intermitentes e terceirizados, por exemplo, não atendem qualquer um, mas ajudam a formalizar trabalhadores de setores como o de eventos. A prevalência do negociado sobre o legislado é amplamente aceita pela Organização Social do Trabalho (OIT); e as restrições jurídicas penalizam advogados afeitos à indústria da reclamação, não o trabalhador.

DETERIORAÇÃO DAS RELAÇÕES

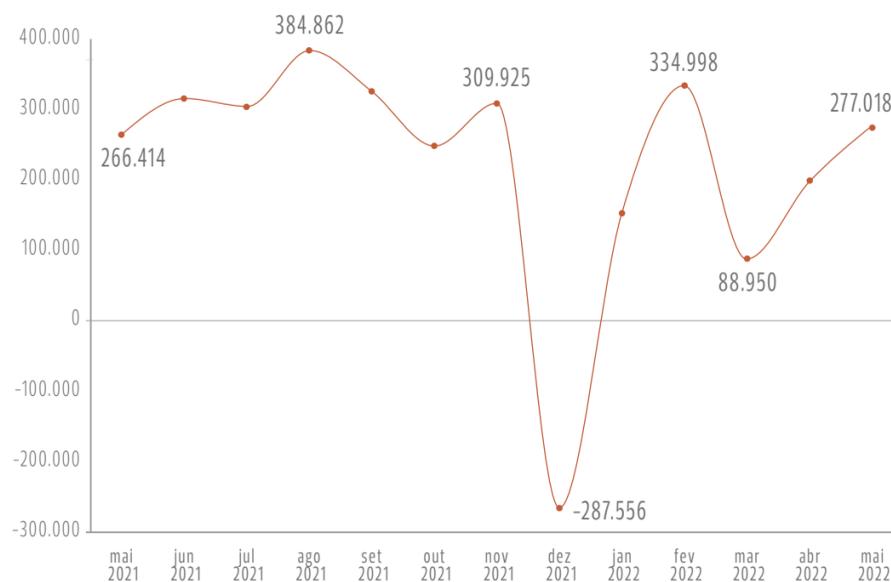
Lúcia Garcia, responsável pela Pesquisa de Emprego e Desemprego do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos (Dieese), pondera que, para enfrentar a precarização gerada por novas formas de trabalho autônomo, a tecnologia poderia trazer benefícios, como melhor organização de tempo e produção. Para ela, além dos novos formatos autônomos, a introdução de tec-

“AUXÍLIOS ECONÔMICOS, LIBERAÇÃO DE FUNDO DE GARANTIA E DO 13º SALÁRIO, DEMANDA POR TURISMO E LAZER, NOVAS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS E VAGAS TEMPORÁRIAS PODEM AJUDAR A CHEGAR A DOIS MILHÕES DE EMPREGOS NO ANO.”

JOSÉ PASTORE, professor da Universidade de São Paulo (USP) e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da FecomercioSP



CRIAÇÃO DE EMPREGOS FORMAIS



Fonte: Ministério do Trabalho

nologia, no entanto, desfaz relações tradicionais de trabalho, mesmo mantendo atividades tradicionais – atendimento ao cliente, por exemplo.

Mais uma característica em cenários de recuperação do mercado de trabalho, tanto aqui como em outros países, é a preponderância da oferta por pequenas empresas de setores mais produtivos, como aponta a PNAD no exemplo de serviços.

Outra tendência relacionada ao trabalho foi retratada em pesquisa da (M)Dados, que listou as dez empresas com maior número de empregados a partir de informações do Ministério da Economia. O predomínio é de empresas públicas (Banco do Brasil, Correios e Caixa), bancos (Itaú e Bradesco), indústrias de consumo (BRF e Seara) e do setor comercial (Raia Drogasil e Atacadão).

A Raia Drogasil, hoje, soma aproximadamente 50 mil empregados, reflexo da ascensão do foco em saúde e aceleração tecnológica. Além da expansão orgânica absorver perto de três mil pessoas por ano, para atender, em média, 250 novas farmácias, a transformação digital levou a área de tecnologia a liderar o número de contratações nos últimos dois

anos. Além disso, a filosofia da empresa inclui promover o desenvolvimento e valorizar o desempenho individual. “Em 2021, mais de 14 mil funcionários foram promovidos ou receberam méritos em suas funções”, informa a diretora de Gente e Cultura, Tarcila Chiodin.

A dificuldade de emprego para determinadas faixas populacionais também merece atenção. Segundo a consultoria iDados, são 7,6 milhões de desempregados nas faixas de 14 a 29 anos e com mais de 50 anos. “Há mais gente no mercado, até porque o custo de vida subiu muito, e mais gente na família precisa trabalhar”, conjectura Renan Pieri, da Escola de Economia de São Paulo (EESP) da FGV. O movimento a que ele se refere retira jovens da escola e piora um cenário educacional já muito ruim. Para os mais novos, ele alerta, faltam experiência e preparo; enquanto os mais velhos sofrem preconceito em relação à sua flexibilidade e capacidade de acompanhar inovações.

&

CORROSÃO DO DINHEIRO

texto GILMARA SANTOS

O aumento desenfreado de preços sempre foi motivo de tensão para as famílias brasileiras. Nos anos 1980 e 1990, a inflação chegou a bater 80% ao mês, derretendo o poder de compra. À época, o trabalhador recebia o salário e corria para o supermercado, antes que uma nova remarcação mudasse os preços de produtos básicos.

Em 1993, com a implementação do Plano Real, começou o processo de estabilização econômica. O real entrou em circulação em julho de 1994, quando a inflação acumulada em 12 meses beirava 5.000%. O indicador foi perdendo força, até encerrar o ano em 916%. E daí para frente foi ladeira abaixo, despencando para 22% em 2015, conforme dados do Banco Central (Bacen). Desde então, o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), que mede a inflação oficial do País, acumulado em 12 meses vinha se mantendo abaixo de dois dígitos em quase todos os anos. Na última década, com exceção de 2015 (10,67%), a inflação ficou relativamente sob controle, abaixo de 6,5% ao ano.

Após a instabilidade política que culminou no *impeachment* de 2016, o País vinha de um quadro relativamente estável. Contudo, a combinação entre a crise sanitária e o choque no petróleo e nas commodities agrícolas fez a inflação acumulada de 12 meses voltar aos dois dígitos em setembro de 2021. Com os preços em escalada, desde o ano passado, encher o carrinho do mercado ou o tanque do carro tem sido cada vez mais difícil. Persistente e espalhada em diversos setores, a inflação tem causado grande impacto nos orçamentos das famílias, indo além de alimentos e combustíveis [veja no quadro ao lado os itens que mais estão pesando no bolso do consumidor].

Até o fechamento desta edição de PB, a prévia de junho mostrava que o IPCA acelerou para 0,69%, acima da taxa de 0,59% de maio. Com isso, o IPCA-15 está em 12,04%, em 12 meses. São dez meses seguidos com o índice anual acima dos dois dígitos.

Diante deste cenário, o Banco Central admitiu oficialmente que a meta de inflação será descumprida pelo segundo ano seguido. Em relatório divulgado no fim de junho, a autarquia monetária considerou que a probabilidade de a inflação furar o teto do sistema de metas neste ano passou de 88%, em março, para 100%, em junho. Para 2023, a possibilidade de superar o teto avançou de 12% para 29%. A meta de inflação é fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional) e, neste ano, está em 3,5%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Dessa forma, a inflação poderia ficar entre 2% e 5% neste ano.

Mas a instituição estima que o IPCA atingirá 8,8%, em 2022.

INJEÇÃO DE "ESTEROIDE"

No curto prazo, a inflação pode ter um aspecto sedutor para o governo, porque contribui com as contas públicas. Para se ter uma ideia, a arrecadação federal teve o maior valor para o mês de

20 ITENS QUE MAIS PESARAM NO IPCA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ITEM	VARIAÇÃO (%)
1 Gasolina	26,93
2 Passagem aérea	122,4
3 Automóvel novo	18,01
4 Gás de botijão	26,88
5 Aluguel residencial	9,65
6 Seguro voluntário de veículo	40,18
7 Automóvel usado	14,88
8 Leite longa vida	37,61
9 Refeição	7,55
10 Emplacamento e licença	11,17
11 Café moído	61,83
12 Tomate	67,04
13 Condomínio	8,23
14 Conserto de automóvel	10,05
15 Frango em pedaços	22,14
16 Batata-inglesa	76,01
17 Óleo diesel	56,36
18 Etanol	14,82
19 Pão francês	16,61
20 Camisa/camiseta masculina	22,62
INFLAÇÃO GERAL	11,89

Fonte: IBGE - IPCA até junho/22 / Elaboração: FecomercioSP

maio em 28 anos, conforme a Secretaria da Receita Federal. Foram R\$ 165,3 bilhões arrecadados com impostos, contribuições e demais receitas, aumento de 4,1%, na comparação com o mesmo mês do ano passado, quando a arrecadação foi de R\$ 158,8 bilhões. O problema é que se, por um lado, ajuda a deixar temporariamente as contas públicas no azul, por outro, isso gera a falsa sensação de que está tudo sob controle. “E isso alimenta a postura populista dos governos, como ocorreu em 2014 e está ocorrendo agora, com consequências severas de aumento da inflação e queda do PIB (Produto Interno Bruto)”, diz Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating.

“Muitos governos, no passado, se perderam, a ponto de não haver outra solução senão com novos planos econômicos”, afirma Fábio Pina, economista da FecomercioSP. Para ele, o risco de deixar a inflação caminhar para não afetar a popularidade – porque os instrumentos para combatê-la são impopulares – é enorme. “A inflação é um esteroide para as contas públicas, mas o custo disso para a saúde econômica é terrível”, avalia Pina. Ele explica que, no curto prazo, os efeitos negativos da inflação são possíveis de se mascarar com outras políticas, como redução temporária de impostos, mas medidas assim criam distorções que o mercado corrige tempos depois.

Pina lembra que o crescimento do País foi financiado com dívida externa, nos anos 1970; com inflação, na década de 1980; com dívida externa, na década de 1990; e com tributos, a partir do fim dos anos 1990. “Essas fontes, no entanto, se esgotaram, e a questão que fica é: voltaremos ao financiamento inflacionário?”, questiona o economista.

CRISE GENERALIZADA

A alta de preços, no entanto, não é um fenômeno exclusivo dos brasileiros. Mundo afora, países têm observado uma escalada inflacionária. A Europa e os Estados Unidos não viam uma inflação tão alta há anos, reflexo das medidas adotadas pelos governos para tentar conter o impacto da pandemia. Com mais recursos disponíveis, houve aumento do consumo, mas as cadeias produtivas não conseguiram atender à demanda. Para piorar, a guerra entre Rússia e Ucrânia vem contribuindo para o aumento de preços, especialmente do petróleo. “Nos próximos 18 a 36 meses, vamos conviver com padrão inflacionário acima do que estávamos acostumados há 20 anos, dependendo do país”, projeta Ricardo Rocha, professor de Finanças do Insper.

Em geral, as principais economias globais têm bom nível de produtividade, por isso começaram a atacar a inflação somente agora. O primeiro objetivo era preservar o emprego. Com o agravamento do indicador de preços, estão reduzindo os programas de liquidez que havia no mercado de capitais e elevando a taxa de juros.

Por aqui, com a desigualdade social aliada aos problemas fiscais, a gravidade é maior. Relatório da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) mostra que a inflação acumulada em 12 meses no Brasil é a maior do G20 – grupo dos países mais ricos – e fica atrás apenas de Turquia e Argentina. “O Brasil e a Turquia são os clássicos exemplos dos efeitos que a economia e a sociedade sofrem com as interferências políticas e a má condução das políticas públicas, quando a prioridade é o ambiente político, e não a população”, analisa Agostini, da Austin Rating.

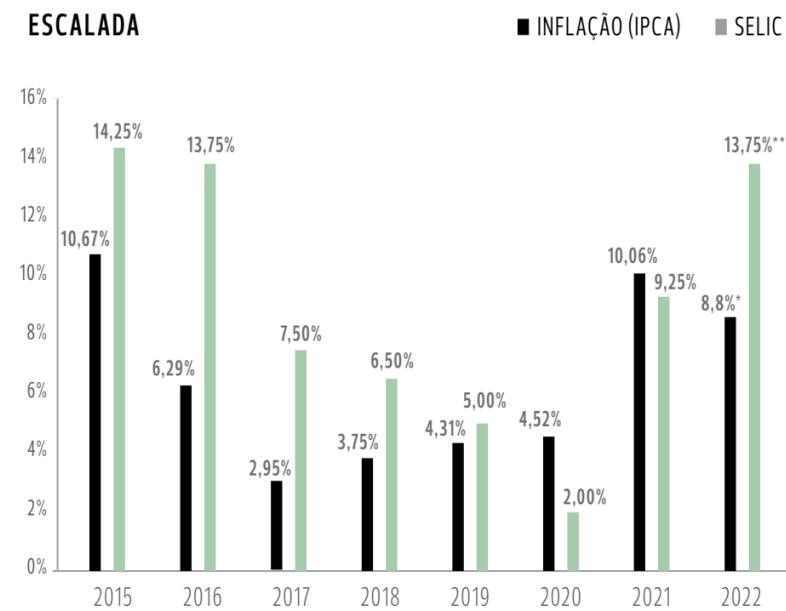
CARRINHO VAZIO

O reflexo deste cenário brasileiro é a redução constante do poder de compra das famílias, com efeito desastroso também para as empresas e, conseqüentemente, para a economia, conforme pontua Calil Filippelli, gestor de renda fixa da Ouro Preto Investimentos. Em um primeiro momento, as empresas sentem um aumento nos preços dos insumos e da manutenção de maquinário. Em um cenário de crise, as próximas etapas, de uma forma geral, consistem no repasse de preços para o consumidor, que, com a perda do seu poder de consumo, passa a comprar menos. Essa queda de demanda pode causar um desestímulo de investimentos e culminar em demissões.

DESVALORIZAÇÃO MONETÁRIA

Nos 28 anos do Plano Real, a moeda já acumulou uma perda de mais de 85% no seu poder de compra, lembra Fabrício Gonçalves, CEO da BOX

ESCALADA



Fonte: Banco Central/Estimativa do BC. ** Taxa atual com expectativa de aumento na próxima reunião do Copom.

ESPALHADA EM DIVERSOS SETORES, A INFLAÇÃO TEM CAUSADO GRANDE IMPACTO NO ORÇAMENTO DAS FAMÍLIAS, INDO ALÉM DE ALIMENTOS E COMBUSTÍVEIS

Asset Management, uma depreciação bastante significativa. Para ele, é preciso expandir a oferta de bens e serviços, com o aumento da capacidade produtiva e maior abertura comercial – um problema estrutural do País.

Os danos causados pela inflação, para a moeda, são muito mais profundos do que parecem. “Além de deteriorar a qualidade do padrão de vida da sociedade, tendo efeitos diretos nos níveis de saúde, também tem o efeito social, com a manutenção da taxa de desemprego em níveis elevados, que, por sua vez, atinge as faixas de menor qualificação profissional de forma mais aguda”, diz Agostini, que considera ambas as consequências pouco observadas pelas políticas públicas de países emergentes e com inflação alta.

REDUÇÃO DE DANOS

A estratégia adotada para tentar conter a alta dos preços tem sido o aumento da taxa básica de

juros, a Selic, pelo Banco Central, mas essa iniciativa isolada pode demorar para surtir efeito. A estimativa, conforme economistas, é que o aumento dos juros possa levar de seis a nove meses para ter resultado na redução da inflação.

Sem muito o que fazer, o Copom (Comitê de Política Monetária) tenta mirar a meta do ano que vem, e, para isso, o BC elevou, em julho, a taxa básica de juros para 13,25% ao ano, o maior patamar desde 2016. A Selic estava no seu menor patamar histórico, em 2% ao ano, em janeiro de 2021. De lá para cá, iniciou a escalada de aumentos até chegar à taxa atual, com a instituição indicando que ficará alta por um período maior.

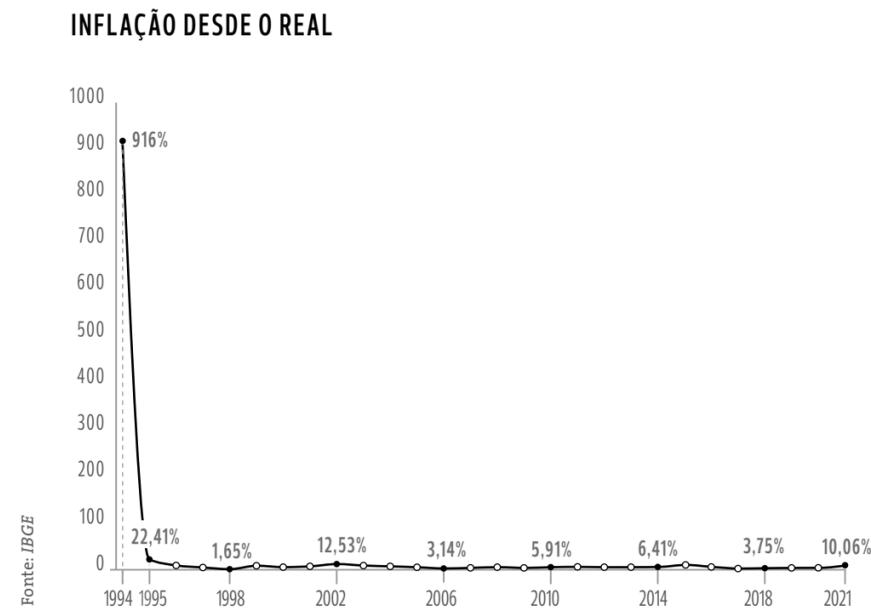
Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados, considera que a autarquia monetária está no caminho certo, mas atuando sozinha. “Tem que fazer uma política de contenção da inflação. Se o BC tivesse sido pacífico ou subido muito menos a taxa de juros, estaríamos vendo a expectativa de inflação do ano que vem disparar”, diz. Uma medida adicional seria o governo atuar na política fiscal. “O mercado está preocupado com medidas fiscais ruins, que vão colocar peso nos governos no ano que vem.”

Ele acrescenta que, se não houver harmonia entre as políticas fiscal e monetária, aumentará o risco de continuidade de inflação alta para os próximos anos. “Tem que fazer o ajuste fiscal, ajudar o trabalho do BC e torcer para que reformas possíveis, como a tributária, sejam o centro das discussões.”

Essa consonância para contenção da demanda, e conseqüente redução da inflação, não foi vista na aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que concedeu benefícios sociais fora do Teto de Gastos. Apesar do aparente impacto positivo dos cerca de R\$ 41 bilhões distribuídos a parcelas específicas da população, a medida pode ter reflexos negativos para a economia. A começar por contribuir com a deterioração da gestão das contas públicas. Investidores não veem com bons olhos o desapego do governo ao limite de despesas e tendem a ampliar a percepção de risco da economia brasileira. A consequência é o aumento da desvalorização do real, juros altos por mais tempo e pressão inflacionária.

No médio e no longo prazo, a alternativa viável para o Brasil é promover programas para melhorar o nível de produtividade e reduzir a dependência externa de produtos importantes, como combustíveis. Além do rigor nas políticas monetária e fiscal, que podem elevar a confiança no País.

INFLAÇÃO DESDE O REAL



Fonte: IBGE



COMBATE A DOENÇAS NEUROLÓGICAS

AGÊNCIA BORI

é um serviço único que conecta a ciência a jornalistas de todo o País. Na BORI, profissionais de comunicação cadastrados encontram pesquisas científicas inéditas e explicadas, além de materiais de apoio à cobertura jornalística e contatos de cientistas de todas as partes do Brasil preparados por nós para atender à imprensa. Acesse: abori.com.br

Segundo a Pesquisa Nacional de Saúde, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, 10,2% das pessoas com 18 anos ou mais receberam o diagnóstico de depressão. É sabido que a demanda por atendimento desta e de outras condições psiquiátricas e neurológicas foi represada com a sobrecarga do sistema de saúde nacional, quadro agravado a partir da chegada da pandemia de covid-19.

Diante deste cenário preocupante, a ciência brasileira faz sua parte e traz resultados promissores para o tratamento de distúrbios psiquiátricos. Estudos realizados no Laboratório de Neuroproteômica da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), coordenado pelo biólogo e doutor em bioquímica Daniel Martins-de-Souza, podem servir de base ao desenvolvimento de protocolos personalizados para a medicação de cada paciente. As pesquisas foram antecipadas à imprensa pela Agência BORI, em maio e junho deste ano.

MEDICAÇÕES MAIS EFICAZES

Para chegar até lá, porém, os cientistas precisam desvendar o funcionamento de mecanismos cerebrais ainda pouco conhecidos, como os que ocorrem nos oligodendrócitos. É o que revela estudo dos pesquisadores do laboratório da Unicamp, publicado na revista *European Archives of Psychiatry and Clinical Neurosciences*, edição de maio. Os oligodendrócitos são células do sistema nervoso central que dão suporte aos neurônios. Eles formam a bainha de mielina, uma camada lipídica que serve como isolante e viabiliza a condução de correntes elétricas entre os neurônios.

O estudo em questão avalia o potencial de aplicação de canabinoides ao tratamento das doenças neurológicas. Os pesquisadores analisaram a resposta dos oligodendrócitos no contato com a substância, que pode ser produzida pelo próprio organismo, obtida sinteticamente ou a partir de plantas do gênero *cannabis*. Os cientistas verificaram que os canabinoides contribuem para modificar o ciclo dos oligodendrócitos e, por conseguinte, dos neurônios, o que aponta para um potencial efeito terapêutico destes componentes.

A aplicação deste conhecimento na vida da população depende da continuidade dos estudos sobre a questão. “Nossos resultados poderão ser utilizados por outros pesquisadores como direcionamento para procura de novos tratamentos para doenças que apresentam problemas na fun-

ção de oligodendrócitos ou na mielina”, comenta Valéria de Almeida, uma das pesquisadoras responsáveis pelo estudo. Portanto, o investimento na ciência brasileira deve integrar a estratégia de combate às doenças psiquiátricas e neurológicas.

DEPRESSÃO E ESQUIZOFRENIA NO FOCO DA CIÊNCIA

As células de suporte do sistema nervoso também são tema de estudo que busca identificar as drogas mais eficazes ao tratamento da depressão. “Para um neurônio se manter saudável, funcionando corretamente, fazendo suas sinapses, ele precisa que as células à sua volta estejam funcionando bem e desenvolvendo o trabalho em conjunto”, explica Livia da Silva, pesquisadora do Laboratório de Neuroproteômica. Neste processo, cada organismo pode reagir de maneira distinta, o que justifica a importância de trabalhos que subsidiem o desenvolvimento de medicações mais adequadas ao padrão de funcionamento identificado nas células.

Outro estudo do laboratório busca oferecer uma tecnologia que viabilize a prescrição personalizada de fármacos para o tratamento da esquizofrenia. Em fase de desenvolvimento por meio de parceria com a empresa *spin-off* Quarium – fundada na Unicamp e com origem no próprio Laboratório de Neuroproteômica –, um exame de sangue pode apontar o perfil metabólico do paciente e, com isso, antecipar sua reação às medicações disponíveis para o tratamento da doença. O serviço é especialmente importante no caso da esquizofrenia: “O paciente que não melhora ou não tolera os efeitos colaterais de determinado antipsicótico pode ter novos surtos e registrar declínio cognitivo irrecuperável”, aponta a pesquisadora Lícia da Silva Costa, fundadora da Quarium.

Os três estudos do laboratório da Unicamp mostram o potencial da ciência brasileira para garantir um tratamento mais eficaz e simplificado para distúrbios mentais, além de colaborar com o desenvolvimento de fármacos mais modernos e adequados às necessidades dos pacientes. Esta contribuição é fundamental para garantir o acesso a recursos que garantam qualidade de vida e dignidade ao número crescente de pessoas impactadas por tais condições.

&

TRÊS DÉCADAS INSTÁVEIS



DANIEL BUARQUE

é pesquisador de Relações Internacionais no King's College London (KCL), jornalista, tem mestrado em *Brazil in Global Perspective* pelo KCL e é autor de *Brazil, um país do presente*

Em busca de uma consolidação para a política externa brasileira com vistas à promoção dos interesses nacionais democráticos no período após a ditadura militar – e em meio a transformações globais –, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) promoveu, no início de 1993, uma série de discussões que culminaram no documento *Reflexões sobre a Política Externa Brasileira*. O trabalho, publicado há quase três décadas, se aprofundava na relação que a diplomacia deve fazer entre as questões internas e externas na defesa e na promoção do interesse do Brasil, com diagnósticos e recomendações que soam perfeitamente contemporâneos.

Quase 30 anos depois, é possível se debruçar sobre alguns dos temas centrais do documento para entender avanços e retrocessos vividos pela presença do País no mundo no período. De forma marcante, vê-se, no trabalho desenvolvido pelo Itamaraty e na realidade nacional desde então, o quanto instabilidades no cenário doméstico acabam influenciando o papel desempenhado no exterior.

Esta importância do que acontece no ambiente interno para o que acontece com o País no cenário externo é uma constante em análises sobre o status internacional do Brasil. Observadores nas grandes potências frequentemente alegam que a busca por prestígio chega a parecer desconectada da própria realidade, como se o Brasil tentasse ter uma imagem externa melhor do que a existente. Para ser um ator global de peso, dizem, o País precisa ter o que mostrar concretamente, além de, realmente, ter relevância econômica e política, o que começaria com o desenvolvimento nacional.

Estava explícito na avaliação do MRE nos anos de 1990: “Não podemos deixar de lado o desenrolar da situação interna”, dizia o documento, argumentando que forças internacionais fogem ao controle local e podem até

mesmo atrapalhar a projeção brasileira no mundo. “Nosso posicionamento internacional será, na verdade, mais fruto da superação dos problemas domésticos do que dos desdobramentos da cena global”, explicava.

É claro que esta atenção especial ao que acontece dentro do Brasil não deveria significar o abandono do trabalho de sua promoção e do seu posicionamento no exterior. Este diagnóstico indicava apenas que o alcance de fora seria paupado pelo que acontecesse no País. O sucesso ou o fracasso da situação interna determinaria o sucesso ou fracasso da sua política externa.

Esta interpretação da política externa explica perfeitamente o que aconteceu no Brasil e na sua relação com o mundo nos últimos 30 anos. A instabilidade regional, com avanços e retrocessos na política e na economia, se refletiu no status internacional alcançado. Foi assim que 1994 e o controle da inflação ajudaram a criar uma boa reputação para o Brasil, mas crises na virada do milênio voltaram a minar o seu prestígio. Foi assim que a consolidação democrática, o crescimento econômico e os avanços contra a desigualdade promoveram o País a “bola da vez” na década de 2000, mas que protestos, *impeachment*, mais uma crise econômica e ameaças autoritárias voltaram a desvalorizar a “marca” nacional.

Três décadas após o diagnóstico feito pelo MRE, o Brasil precisa tomar consciência da necessidade de organizar a própria casa, para poder obter sucesso fora dela. É preciso corrigir as disfuncionalidades da política que levam a instabilidades, ajustar a presença do Estado na economia para permitir que esta cresça, desenvolver trabalhos que ajudem a lutar contra a pobreza e a desigualdade e atuar para reduzir a violência. Neste momento de tensão, é necessário reforçar todas as garantias à democracia. Só assim o País poderá ter alguma relevância no mundo.

&

**O CAMINHO MAIS
CURTO ENTRE DOIS
PONTOS DE VISTA
É O PAPO RETO.**

E, na busca por conversas abertas, plurais, inclusivas e democráticas sobre o Brasil, reunimos economistas, políticos, sociólogos, estudiosos, comunicadores, líderes e especialistas, nacionais e internacionais, para encontrar novos caminhos e soluções.

QUER FAZER PARTE
DESTE DEBATE?

INSCREVA-SE
EM NOSSO CANAL:



UMBRASIL.COM

8 TEMPORADAS

500 EPISÓDIOS

QUESTÕES DE VERDADE



@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIOSP



Foto: Divulgação

São Paulo na cena de cinema

Viviane Ferreira, diretora-presidente da Spcine, agência paulistana de fomento audiovisual, faz um balanço do edital lançado para apoiar produções cinematográficas em São Paulo. Ao analisar a atração de investimentos proporcionada pelo formato cash rebate, Viviane explica que "67% dos gastos de uma produção são realizados em outros setores econômicos". Desde 2016, a Spcine já apoiou cerca de cinco mil obras.

Olhares ampliados

Informar e aproximar o conhecimento acadêmico da realidade cotidiana. Este é o propósito da coluna "Ciência Política", publicada às quartas-feiras no site da PB. Toda semana, um dos seis colaboradores da coluna reflete sobre fatos políticos e jurídicos, de uma forma descomplicada. Integram o grupo o cientista político Humberto Dantas, Graziella Testa (FGV-EPPG), Helga de Almeida (UFMG Univasf), Bárbara Dias (UFPA), Paulo Peres (UFRGS) e José Mário Wanderley Gomes Neto (Unicap).

Rumos da Eletrobras

Reportagem especial do site da PB analisa as expectativas envolvidas na privatização da Eletrobras. Gigante de energia da América Latina, conta com 105 usinas e 13 mil funcionários, em todas as regiões do País. São 71.153,60 quilômetros de linhas de transmissão, com 366 subestações próprias ou em parceria. A proposta do governo é melhorar a eficiência no fornecimento de energia e destravar investimentos no setor. Especialistas comentam os detalhes do processo de desestatização e os efeitos para os consumidores.

DEMOCRACIA EM PAUTA

A série de podcasts que a PB gravou durante o BRASA em Casa, encontro de estudantes e líderes empresariais, traz entrevistas com Renato Meirelles, presidente do instituto de pesquisas Locomotiva, e Gilson Rodrigues, líder comunitário que encabeça ações de impacto social em favelas. Para Meirelles, a volta do respeito às instituições é essencial para restabelecer a integridade da democracia. Rodrigues analisa o potencial de consumo das favelas no Brasil. A série é uma parceria com a BRASA, maior comunidade de estudantes brasileiros mundo afora.

(res)

signi

fican

do

impacto nacional

UMA MULTIDÃO DE FAMINTOS

texto VINÍCIUS MENDES | ilustração YANA PARENTE



Já se passaram mais de dois séculos desde que Antônio José da Silva Paulet, engenheiro português, aproveitou um convite do governador do Ceará, que lhe requisitara um projeto urbano para a cidade de Fortaleza, para viajar pelos confins da então capitania. Até o século anterior, ali fora uma das regiões mais produtivas economicamente do Brasil colônia, tornando suas viagens mais interessantes em termos político-econômicos. No entanto, assim que adentrou o sertão, Silva Paulet encontrou outra realidade: a fome. Ao longo dos anos anteriores, o Ceará tinha convivido com secas frequentes, alastrando miséria. “Em tal extremo, os habitantes do sertão morrem à míngua por falta total de mantimentos, (...) e em tais apertos, tem se visto sustentar esses povos de couros secos que ficam de outros anos; na falta de farinha, ralam quantas raízes encontram, a maior parte venenosas, algumas que os levam à morte em breves dias”, escreveu ele em seus relatos. O ano era 1816.

Mais de 200 anos depois, nos bairros pobres da capital, a situação ainda se repete. Para garantir ao menos uma refeição a milhares de pessoas que vivem no Grande Bom Jardim, região periférica de Fortaleza, cozinhas comunitárias recolhem restos de ossos bovinos do mercado central e aproveitam cabeças de peixes já quase estragados, doados pelos restaurantes à beira-mar. Tudo é usado para fazer sopas, levadas aos baldes pelos moradores – uma pequena amostra do universo de aproximadamente 33 milhões de brasileiros que, de acordo com o 2º Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, conduzido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan) e o Instituto Vox Populi, estão passando fome, hoje, no País.

**PARA GARANTIR AO MENOS UMA REFEIÇÃO
A MILHARES DE PESSOAS QUE VIVEM NO
GRANDE BOM JARDIM, REGIÃO PERIFÉRICA
DE FORTALEZA, COZINHAS COMUNITÁRIAS
RECOLHEM RESTOS DE OSSOS BOVINOS
DO MERCADO CENTRAL DA CIDADE**

Rodrigo Kiko Afonso, diretor-executivo da ONG Ação da Cidadania, que atua no combate à fome, aponta para um aspecto ainda pior destes dados: a velocidade com que eles crescem. “Saímos de 2014 com 4 milhões de pessoas famintas no País. Embora fosse o nosso menor nível histórico, ainda era um número muito alto. Então, entramos em 2018 com mais do que o dobro disso, e depois chegamos a 19 milhões em 2020, na pandemia – ou seja, em um intervalo de dois anos”, diz. Na opinião de Afonso, a não ser que haja uma ação muito estruturada no ambiente político, nada poderá ser feito, neste ano, para mudar o panorama.

REGRESSO

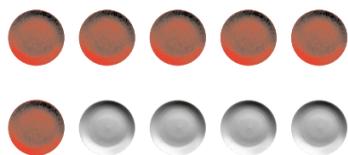
Criada há três décadas para encampar ações da sociedade civil em torno dos famintos brasileiros, a Ação da Cidadania é fruto de um fenômeno que o Brasil pensava ter superado. Em 1993, cerca de 32 milhões de brasileiros não tinham o que comer – sobretudo em bolsões de miséria do Norte e do Nordeste –, posto que a população, à época, fosse quase um terço menor.

Embora a fome de agora atinja ainda mais gente do que em meados dos anos de 1990, as características da mazela se adaptaram ao contexto. “Os cenários econômicos são parecidos, já que tanto naquele período como agora temos muitas pessoas abaixo da linha da pobreza. Entretanto, ali se tratava de um problema social mais concentrado nas periferias e em alguns bolsões nas regiões mais pobres, ao passo que, agora, está bem mais espalhado”, alerta Rosana Salles, professora titular do Instituto de Nutrição Josué de Castro (INJC), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). “A franja de pessoas que passam fome no entorno dos centros urbanos ficou maior de um tempo para cá. A própria classe média passou a sofrer com esta crise”, afirma.

Para o diretor da Ação da Cidadania, a diferença mais significativa entre os dois momentos está na reação social à crise alimentar. “Na década de 1990, os brasileiros faziam campanha para a fome na África, mas não sabiam que havia a mesma situação aqui. Foi quando a sociedade civil conseguiu assustar (e mobilizar) a população em torno do tema. Virou o assunto central do País por alguns anos. Hoje, ao contrário, há muito mais gente faminta, mas são tantas tragédias acumuladas que as pessoas, cansadas, se tornaram indiferentes.”

15,2%
de pessoas
passam fome no Brasil

58,7%
da população **sofrem com a insegurança alimentar em algum grau**



6 a cada 10
famílias **não têm pleno acesso à alimentação**

A insegurança alimentar esteve presente em mais de

60%
dos **domicílios de áreas rurais**

Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan)/Instituto Vox Populi

SOLUÇÕES POSSÍVEIS

A gravidade dos fatos não é só brasileira. Os dados mais recentes da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) apontam que aproximadamente 811 milhões de pessoas passam fome todos os dias no mundo – das quais 50 milhões estão em situação emergencial. Segundo a organização, houve um aumento de 155% no número de famintos entre 2019 e 2022, por causa da covid-19, da inflação global, dos impactos climáticos e, mais recentemente, do conflito na Ucrânia. “Estamos vivendo o que a FAO chama de ‘tempestade perfeita’ para a segurança alimentar”, atesta Rafael Zavala, representante brasileiro da entidade. Em entrevista disponível integralmente no site da **PB**, Zavala explica como a dependência de fertilizantes pode aprofundar a crise alimentar na América Latina.

Em maio, o assunto dominou as conversas entre os líderes dos países do G7, em Berlim, na Alemanha, mesmo mês em que o chanceler do Brasil, Carlos França, propôs a criação de corredores de alimentos e fertilizantes, em meio à escalada da guerra no Leste Europeu. Um mês depois, em outra reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), França voltou a sugerir um acordo em torno do mercado global de comida.

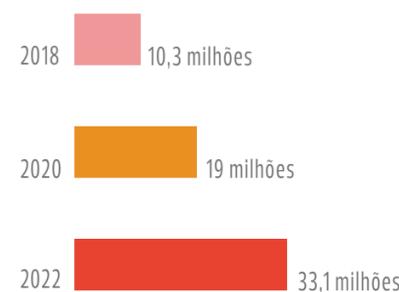
Para isso, a solução mais comum passa sempre pelo fim do conflito na Ucrânia – quarto maior exportador de grãos do planeta. Este foi o tom de um discurso sobre a fome feito pelo secretário-geral da ONU, António Guterres, na metade de maio. Para ele, mais do que recolocar ucranianos e russos no fluxo internacional de alimentos e fertilizantes, é preciso explorar

rotas alternativas para transportá-los a países mais necessitados. Além disso, Guterres repetiu uma fórmula que tem bastante eco no Brasil: a implementação de políticas públicas de assistência social.

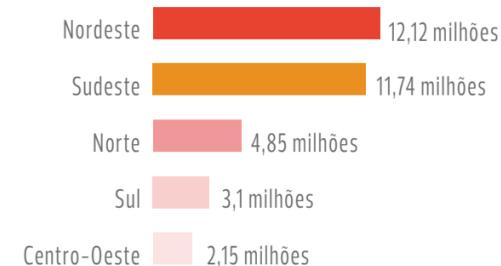
Em 2020, no primeiro ano da pandemia, os preços dos alimentos subiram 18% no mercado interno, taxa que seguiu em alta no ano seguinte (8,2%), embora abaixo da inflação acumulada (10,1%). A escalada se deu tanto por eventos climáticos, como geadas que atingiram safras em diferentes Estados neste período, quanto pelo apetite do mercado internacional, que elevou os preços das commodities agrícolas – beneficiando produtores de países exportadores, como o Brasil. Assim, itens que fazem parte do cotidiano nacional, como o arroz e o feijão, ficaram subitamente mais caros nas gôndolas dos supermercados.

“O País concentra muito mal suas estratégias de benefícios fiscais, dando muito a quem exporta e pouquíssimo a quem produz alimentos sau-

PESSOAS SEM TER O QUE COMER DIARIAMENTE NO BRASIL



REGIÕES DO PAÍS ONDE HÁ MAIS PESSOAS QUE PASSAM FOME



dáveis voltados ao mercado interno”, resume Paulo Niederle, professor do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e coordenador do Observatório das Agriculturas Familiares Latino-Americanas. Na opinião de Niederle, esta distorção é reflexo da falta de diálogo entre as políticas agrícolas e sociais do governo: de um lado, projetos que apoiam a produção para atender aos clientes internacionais, como os que rondam as safras de soja. De outro, uma demanda cada vez maior de alimentar a população, que não encontra mais iniciativas públicas que a satisfaça.

De fato, para além da inflação, o Brasil se viu às voltas com suas políticas públicas assistenciais. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é um exemplo: implementado pelo governo federal, em 2003, com o objetivo de fazer a ponte entre pequenos produtores e pessoas em situação de insegurança alimentar, o projeto chegou a receber R\$ 1,2 bilhão em repasses em 2012, quando era reconhecido mundialmente e se tornou modelo para projetos parecidos em países africanos. Desde então, porém, convive com uma escassez cada vez maior: em 2018, a verba total destinada ao programa foi três vezes menor (R\$ 300 milhões). No ano passado, um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, no ápice do PAA, houve aumento significativo na renda dos agricultores familiares e, em paralelo, queda nas taxas de pessoas com fome.

Outro caso é a quase extinção do controle de estoques de alimentos que o Estado brasileiro possuía até 2014. Naquele ano, havia 1,25 milhão de toneladas de trigo e 1,73 milhão de toneladas de milho estocado, por exemplo, sem contar as grandes quantidades de arroz, feijão e café – todos comprados de pequenos produtores. No começo de 2020, ao contrário, es-

tava tudo praticamente zerado, com exceção de cerca de 200 toneladas de milho. A situação, que persiste até hoje, favorece o aumento dos preços dos alimentos, à medida que os deixa sujeitos apenas às variações do câmbio e às demandas internacionais. De acordo com Niederle, da UFRGS, este impasse acabou dobrando de tamanho, pois, para voltar a encher os armazéns públicos, o governo teria que gastar mais. “A reconstituição dos estoques seria essencial, porque daria ao Estado alguma margem de controle sobre os preços dos alimentos, mas também é um problema, já que é muito difícil fazer esta recomposição em um momento de inflação alimentar. Eles já deveriam estar cheios antes, justamente para serem usados em uma situação como essa.”

A solução mais robusta, segundo os especialistas, inclui um conjunto de políticas de assistência social que vá além do escopo do Auxílio Brasil, substituto do antigo Bolsa Família, que paga R\$ 400 ao mês a aproximadamente 18 milhões de famílias. Atualmente, há 764 mil pessoas na fila do benefício. “Só a transferência de renda não dá conta de pagar as contas e comer. É preciso um programa de renda mínima e meios de reduzir os preços dos alimentos e de forçar a produção, aumentando a oferta e a demanda internas, e, ainda, uma diminuição de impostos sobre a comida, de forma que as famílias consigam se alimentar”, analisa Rosana Salles, da UFRJ. Ela destaca que, em meio a uma multidão de famintos, é preciso pensar em estratégias de curto e longo prazos. “De um lado, é preciso criar campanhas de solidariedade, como cozinhas comunitárias, ou de doações de alimentos e recursos para iniciativas, como os restaurantes populares. A longo prazo, é preciso reverter o cenário político, colocando a redução da desigualdade e o combate à fome como pautas centrais”, pontua.

NÍVEIS DE INSEGURANÇA ALIMENTAR

Grave Quando a pessoa convive com a fome dentro de casa	Moderada Quando a qualidade está comprometida e a quantidade não é suficiente para todos da família	Leve Quando há redução da qualidade por medo de faltar comida em casa
---	---	---



Fonte: Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Penssan)/Instituto Vox Populi



HORA DE RECONSTRUIR A EDUCAÇÃO

texto LUCIANA ALVAREZ
ilustração YANA PARENTE



O abandono e a evasão escolar, problemas que nunca foram totalmente resolvidos no Brasil, voltaram a crescer após décadas em queda. Os desafios educacionais do País, já estruturalmente complexos, com a pandemia e a falta de coordenação do Ministério da Educação (MEC) para lidar com a emergência, tornaram-se crônicos. Além de não conseguir fazer com que todos os alunos da rede pública acompanhassem as aulas, não garantiu o aprendizado de quem marcou presença. Depois de cerca de 18 meses de escolas fechadas, sem plena viabilidade de acesso ao ensino online, a qualidade do aprendizado ficou ainda mais comprometida.

“Nos últimos dez anos, vínhamos reduzindo o abandono e a evasão. Não era um problema 100% solucionado, mas, mesmo no ensino médio – a etapa mais complicada –, as taxas eram descendentes. A pandemia interrompe este ciclo”, contextualiza Ivan Gontijo, coordenador de políticas educacionais do Todos pela Educação [veja o gráfico nesta página]. Em 2021, cerca de 244 mil crianças e adolescentes entre 6 e 14 anos estavam fora da escola, um aumento de 171% em comparação a 2019, quando 90 mil crianças não estavam estudando, segundo relatório da organização, que compilou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua).

Pesquisas no Brasil indicam que o estudante deixa a sala de aula por três razões principais: não ver sentido em estudar, necessidade de trabalhar e gravidez, no caso das meninas. “A escola ficou bem menos atrativa”, lamenta Gontijo, para quem o ensino remoto nem chegou para muitos – e, quando chegou, foi muito frágil. “O jovem pensa que não vale a pena gastar o tempo dele ali. E a

tempestade perfeita veio, porque temos uma crise econômica gigante, com as famílias perdendo renda. O que mais vemos é jovem com mochila nas costas entregando comida.”

O problema da evasão e do abandono precisa ser tratado de forma diferente, dependendo da etapa, na opinião de Denis Mizne, presidente da Fundação Lemann. Para os estudantes mais velhos, já na adolescência, pensar em ofertas de bolsas é fundamental, porque muitos abandonam a escola antes da hora, pela necessidade de trabalhar para ajudar a família. “Falei com estudantes que estavam no primeiro ano do ensino médio, os quais tinham tido um mês de aula quando a escola fechou. Só foram voltar no fim do segundo ano. Eles vão fazer o Enem agora e me perguntam: ‘Quais chances tenho de entrar numa faculdade?’ Ao mesmo tempo, com a crise econômica grave, as famílias acham que é melhor ter este filho trabalhando, mesmo que seja em um subemprego”, relata o presidente da Lemann.

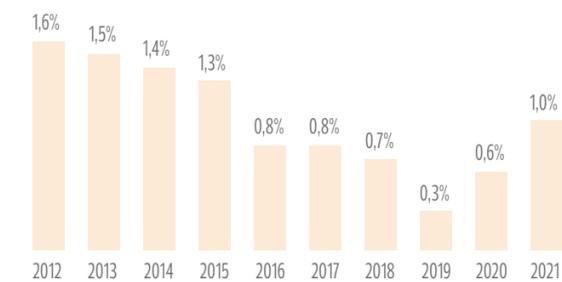
Oferta de bolsas e bônus por conclusão são investimentos a serem feitos para o jovem, mas também para a economia do País, garante Mizne. “Se tivéssemos um MEC atuante, esta deveria ter sido uma grande bandeira. O valor não é nada comparado ao subsídio do diesel. Até sob o ponto de vista frio da economia, ter milhões de jovens sem a escolaridade completa vai causar um impacto negativo sobre o PIB”, explica.

A permanência dos jovens na escola, ou a falta dela, tem efeitos sobre os mais diversos indicadores sociais, como a violência urbana. Um estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), divulgado em março deste ano, mostrou uma correlação entre mais estudo e menos assassinatos: para cada 1% a mais de jovens entre 15 e 17 anos nas escolas, há uma diminuição de 2% na taxa de assassinatos nos municípios.

No caso das crianças menores, o melhor caminho é a busca ativa, acreditam os especialistas. Isto é, ir atrás de quem não está mais na escola. Este tipo de ação deve acontecer em parceria com os serviços de assistência social e os conselhos tutelares. “Nesta idade, quem não está na escola são as crianças com maior vulnerabilidade social. Por isso, é importante reforçar o transporte escolar, a oferta da merenda”, pontua Mizne. Trazer e manter crianças e jovens na escola é apenas o primeiro passo. Eles precisam estar no sistema, mas também precisam aprender. Dados de 2019, anteriores à pandemia, mostram que, dentre aqueles que concluíram o ensino médio nas re-

HISTÓRICO DA EVASÃO ESCOLAR

Porcentagem de crianças de 6 a 14 anos fora da escola



90 MIL
crianças fora da escola em 2019

244 MIL
crianças fora da escola em 2021

AS 3 PRINCIPAIS RAZÕES DO ABANDONO ESCOLAR PELOS JOVENS:

- Falta de sentido nos estudos;
- Necessidade de trabalhar;
- Gravidez.

Fonte: IBGE/Pnad Contínua

des públicas, de cada 100 jovens, só 9 aprenderam o esperado em matemática. Em português, o número era 30 de cada 100, segundo o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que reúne os resultados de uma avaliação padronizada em todo o território nacional.

“O Brasil vinha melhorando seus níveis de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental de maneira regular, com cada vez mais alunos aprendendo adequadamente. Nos anos finais do fundamental, a melhora era pouca, e no ensino médio, estávamos estagnados há 20 anos”, relembra Mozart Ramos Neves, titular da Cátedra Sérgio Henrique Ferreira, da Universidade de São Paulo (USP), em Ribeirão Preto. Segundo ele, informações de provas de redes estaduais mostram que o aprendizado foi afetado. Houve um retrocesso de quase dez anos nas taxas de aprendizado.

Uma das alternativas para enfrentar a defasagem, avalia Neves, seria priorizar as aprendizagens essenciais. “O Brasil tem um instrumento que pode orientar todas as redes, que é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Ela é como uma bússola”, diz. Neves recomenda que as redes façam avaliações diagnósticas, a fim de conhecer o que seus estudantes sabem, e organizem seus currículos de acordo com a proposta da BNCC. Um bom diagnóstico, observa o professor, é importante neste momento, porque, embora tenha havido perdas para todos, as desigualdades cresceram. Com o ensino remoto, só quem tinha mais recursos (tecnológicos, financeiros, alimentares e estrutura familiar) conseguiu manter os estudos.

Outra medida interessante, na ótica de Neves, é aumentar o tempo na escola, dentro de uma proposta pedagógica que faça sentido. “Tem de ser com uma educação integral, colocando o aluno no centro do processo. Um bom exemplo são as escolas de tempo integral de Pernambuco, com uma taxa de abandono de 1%”, cita o professor.

**“NOS ÚLTIMOS DEZ ANOS, VÍNHAMOS
REDUZINDO O ABANDONO E A EVASÃO.
NÃO ERA UM PROBLEMA 100%
SOLUCIONADO, MAS, MESMO NO ENSINO
MÉDIO – A ETAPA MAIS COMPLICADA –,
AS TAXAS ERAM DESCENDENTES.
A PANDEMIA INTERROMPE ESTE CICLO.”**

IVAN GONTIJO, coordenador de políticas
educacionais do Todos pela Educação

RECUPERAR OU RETOMAR?

Para que a lacuna do período das escolas fechadas não signifique uma perda irreversível para toda a vida, é necessário recuperar o conteúdo formativo deixado para trás. Os educadores, porém, têm evitado usar o termo “recuperação”. “Sou contra a palavra ‘recuperar’. Se esta incide sobre o tempo, é uma ilusão, porque você não recupera o tempo. O que passou, passou”, reflete Silvia Colello, docente e orientadora nos programas de mestrado e doutorado da Universidade de São Paulo (USP). “Se incide sobre a criança, você passa a culpabilizar o indivíduo, lança um olhar negativo sobre ele, sobre o que falta nele. Falar que ‘você está atrasada’ é muito cruel para uma criança que não aprendeu porque não teve oportunidade. Prefiro dizer que temos de fazer uma retomada das aprendizagens.”

Para Silvia, falar em retomada começa com o reconhecimento de que haverá uma defasagem de aprendizados em relação ao ano letivo, mas sem o desespero de correr com os conteúdos. Professores e sistemas, pensa a educadora, devem olhar para a saúde mental dos mais novos e fortalecer os vínculos, para que eles possam, de fato, aprender. “Uma conversa de 15 minutos não é acolhida. Esta precisa ser profunda, porque toda aprendizagem depende do vínculo”, comenta.

Uma pesquisa do Datafolha encomendada pela Fundação Lemann, o Itaú Social e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em julho de 2021, apontou que 94% das crianças



ou dos adolescentes brasileiros tiveram alguma mudança de comportamento na pandemia. “Estamos vendo crises de choro na classe, agressividade, apatia, falta de foco. Muitos alunos voltaram para a escola sem noção de como se comportarem”, relata a professora da USP.

A docente da USP recomenda o fortalecimento das equipes escolares, para que possam ser promovidos mais trabalhos lúdicos, projetos interdisciplinares, pesquisas, teatro e metodologias que despertem o interesse em aprender: “São coisas que sempre deveriam ter existido, mas, agora, são prioritárias. O modelo de carteiras enfileiradas precisa ser revisto.” A diversificação de atividades, dos modos de agrupamento e da interação exige investimento tanto no espaço físico da escola como em tecnologias e na preparação do corpo docente. Não se trata, segundo ela, de uma exigência da pandemia, mas algo da realidade do nosso tempo, que a crise sanitária apenas escancarou.

Uma escola mais atrativa e significativa para os estudantes, conclui, seria capaz de melhorar os índices de frequência, assim como aumentar o interesse pelo aprendizado. Para isso, contudo, é preciso que a educação seja uma prioridade, que haja investimento em infraestrutura e formação dos docentes. Denis Mizne, da Fundação Lemann, sublinha a análise: “A covid-19 de longa duração para o País é o seu efeito sobre a educação. Depois de uma guerra, precisa existir um esforço de reconstrução. A educação deve ser prioridade no Brasil todo. Não dá para ignorar que estamos numa crise.”

ESTRATÉGIAS PARA MELHORIA

O caminho para que crianças e jovens aprendam mais inclui uma série de medidas, sugerem especialistas:

Priorização de conteúdos essenciais, seguindo a proposta da BNCC;

Ampliação do tempo que os estudantes passam na escola (período integral);

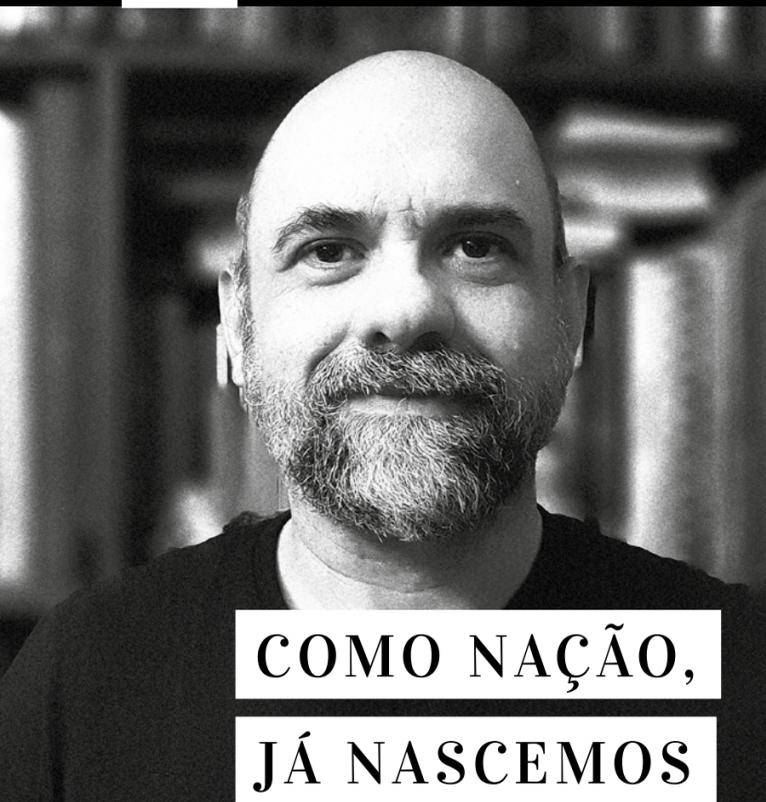
Atenção para a saúde mental dos alunos. Eles precisam se sentir acolhidos e criar vínculos com os colegas, os professores e o aprendizado;

Aulas mais interessantes, com projetos e pesquisas, de forma que o estudante seja o protagonista do seu aprendizado.

EVASÃO E ABANDONO: DIFERENÇAS

No Brasil, a escolaridade obrigatória vai dos 4 até os 17 anos. Todas as crianças e jovens nesta faixa etária precisam estudar. Há duas nomenclaturas usadas pelos especialistas para tratar das situações em que os estudantes ficam fora da escola. O **abandono escolar** é quando um aluno, durante o ano letivo, deixa de frequentar as aulas e não volta mais. Já a **evasão** se dá na troca de ano: o estudante conclui o ano anterior, mas não volta para fazer a matrícula no seguinte.

&



COMO NAÇÃO, JÁ NASCEMOS GRANDES

texto EDISON VEIGA

Arquiteto e urbanista por formação, Paulo Rezzutti se tornou pesquisador quando encontrou, em 2010, 94 cartas inéditas escritas pelo imperador Dom Pedro I para a sua mais famosa amante, a Marquesa de Santos. O material, que estava no acervo da Hispanic Society of America, em Nova York, acabou sendo revelado no livro de sucesso do autor, *Titília e o Demonão*, publicado em 2011.

De lá para cá, Rezzutti enveredou pelas minúcias da família imperial brasileira, lançando outros *best-sellers*, como as biografias de Dom Pedro I, de Leopoldina e de Dom Pedro II. Em julho, chegou às livrarias *Independência, a história não contada – A construção do Brasil: 1500-1825*, título que se aproveita do bicentenário da Independência do Brasil.

Uma coincidência, aliás, faz com que o tema esteja ligado umbilicalmente com Rezzutti: ele nasceu em setembro de 1972, justamente quando o País vivia grande comoção pelas comemorações do sesquicentenário da Independência.

O pesquisador deixa claro que o seu interesse é documental, preservando distância dos conservadores monarquistas que idealizam uma volta ao arcaico regime. E, como um dos protagonistas, analisa a onda de historiadores independentes que têm contribuído para a popularização de temas históricos. Confira a entrevista a seguir.

Neste momento do bicentenário da Independência, quais são as principais lições que a sociedade brasileira pode tirar desse período?

A história da Independência tem, obviamente, a ver com a futura família imperial do Brasil, o D. Pedro e a Leopoldina [a primeira mulher do imperador], que atuam como agentes deste primeiro movimento autonomista que teremos. E eles estão, claro, cercados pela elite brasileira do período. Em 1823, antes da Constituição outorgada por Dom Pedro, em 1824, essa própria elite criou uma Constituição para o Brasil, muito menos liberal do que a de Dom Pedro, que só dizia respeito a essa elite e à proteção das propriedades dela. Há uma elite hiperconservadora que era, inclusive, contra os portugueses, contra os que ficaram aqui e lutaram pela Independência do Brasil. Uma elite conservadora e xenófoba, que ascendeu ao poder no início do processo de Independência do País.

Quando olhamos para o período imperial brasileiro, quais são os principais legados sociais que, de certa forma, ainda estão na sociedade de hoje?

Um dos mais importantes, a meu ver, é a educação gratuita para todos os brasileiros. Isso está previsto na Constituição de 1824. Outra questão é a unidade nacional, o tamanho do Brasil. A congregação das forças nacionais ao redor de um símbolo, que foi Dom Pedro I, facilitou esta unidade, de início. Evitou que o território se desagregasse; posteriormente, com Pedro II, houve interesse do Império em manter essa unidade nacional. Iniciamos, logo de cara, como nação, como um Estado enorme perto do que existia na América do Sul. Já nascemos grandes – e com uma unidade linguística.

E quais os problemas herdados desse período?

É o viver da escravização de outros seres humanos. Até hoje há resquícios disso. Entretanto, a mesma Constituição de 1824 não proibia os negros de ter acesso à educação. Os negros livres. Então, isso é uma coisa boa, de certa maneira, mas nem todos conseguiam, porque uma coisa é a lei, outra é conseguir [que ela se cumpra]. Contudo, alguns conseguiam ser educados. Por isso, houve diversos negros em vários pontos do Brasil participando ativamente na sociedade. Machado de Assis, André Rebouças... Pessoas negras que se educaram e puderam votar, ser votadas. Nisso, tivemos um ganho enorme perto dos Estados Unidos, que,

nos anos de 1960, ainda estavam discutindo isso. Ainda estamos longe de eliminarmos esta questão da escravidão, mas estamos a anos-luz [de distância] do que os Estados Unidos sofreram (e ainda sofrem) por este quase *apartheid* que viveram.

No Brasil polarizado de hoje, você costuma ser visto como monarquista? O que responde nestes casos?

Costumo dizer a realidade: não sou monarquista. Meu interesse pela história do Brasil é unicamente histórico, e não político. Não tenho nada a ver com o movimento monarquista, o qual respeito, porque estamos numa democracia. No entanto, não vejo o Brasil voltando a ser uma monarquia, existe um idealismo, uma imagem muito idealizada do que foi o Império brasileiro. Muito romantizada. E o movimento tenta cristalizá-la de alguma forma, mas estamos bem longe de ter pessoas do calibre de Dom Pedro I, [e pessoas] de mente aberta e civilizada, como Dom Pedro II. Você tinha, à época deste último, um governante que nomeava republicanos para o Ministério, porque não interessava o que a pessoa pensava politicamente, mas se era boa o suficiente para aquele cargo ou não. Era isso que era levado em conta pelo imperador. Hoje, não vejo ninguém no movimento monarquista com o espírito tão republicano quanto foi o desse último imperador que tivemos.

Por que, nos últimos anos, houve um aumento no número de defensores de uma volta da monarquia?

Houve um claro desenvolvimento de uma direita ultraconservadora, e diversos políticos se aproveitaram desta onda para se elegerem com bandeirinhas da monarquia. Eles só se aproveitam do movimento, dos votos que geram. Não são pessoas que estão intrinsecamente ligadas à ideia de fazer com que a monarquia volte. São populistas que acabaram se aproveitando do momento.

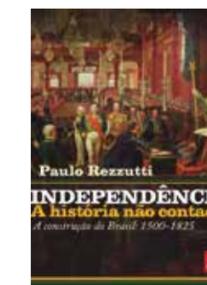
E isso dialoga com livros, novelas e outras obras baseadas no tema?

No Brasil de hoje, existe uma discussão curiosa: as modas dentro da pesquisa histórica. Por exemplo, quando estudei Dom Pedro I, “nadava de braçada” na documentação do Arquivo Nacional, porque o foco na época era

a ditadura, havia todo um movimento de estudo sobre essa época. Hoje em dia, há uma mistura entre os debates de gênero e social, de estratos sociais da população brasileira. E a biografia, em si, destes personagens não acabou interessando para estes casos. Estudar a elite do Império é, muitas vezes, uma forma malvista dentro da academia, porque você está valorizando o que [no *entendimento da academia*] não deve ser valorizado.

Como o Brasil trata a memória, de forma geral?

Temos um movimento para desconstruir tudo. Muitas vezes, as pessoas querem desconstruir a história, e não há fundamentação suficiente para isso, porque, de fato, a história precisa ser desconstruída, mas não de maneira venal, política, atabalhoada. De qualquer maneira, além da reinauguração do Museu do Ipiranga [fechado desde 2013 para obras de ampliação e restauro], não vemos nenhum projeto que mova toda a Nação, mas coisas esparsas. A memória é muito maltratada no Brasil. O Museu Nacional pegou fogo [em 2018], e muita gente lamenta as perdas que tivemos sem nem sequer saber o que tinha lá dentro, porque nunca visitou o lugar, porque não tinha interesse. Por não estudarmos a própria história e não protegermos o patrimônio histórico, acabamos sendo um país sem lembrança do que já foi, sempre cometendo os mesmos erros.



**INDEPENDÊNCIA,
A HISTÓRIA
NÃO CONTADA**
(LEVA; 320 PÁGS.),
DE PAULO REZZUTTI

&

UM MUNDO DE POSSIBILIDADES... PARA POUCOS

texto GUILHERME MEIRELLES

“

Belíndia”, expressão criada, há 50 anos, pelo economista carioca Edmar Bacha, ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tentava traduzir as disparidades de um Brasil que convivia com uma minoria vivendo em condições semelhantes à rica Bélgica e uma imensa maioria em situação de penúria, como na Índia dos anos de 1970, ainda longe de ser uma potência emergente em tecnologia. Salvas as devidas proporções socioeconômicas, pouca coisa deste conceito mudou. Basta olhar os dados do estudo *O Abismo Digital no Brasil*, desenvolvido em conjunto pela consultoria PwC Brasil e pelo Instituto Locomotiva. A ausência histórica de políticas públicas direcionadas à inclusão digital e à baixa conectividade em regiões afastadas dos grandes centros urbanos provoca um cenário que já impacta negativamente a formação educacional dos jovens. As classes de baixa renda são as que mais sofrem, uma vez que costumam usar planos de celular com acesso restrito e inadequado para o ensino.

O levantamento coloca em perspectiva a desigualdade de conectividade entre as classes mais favorecidas (A e B, sobretudo brancos) e os cidadãos pertencentes às classes C, D e E, em especial, os negros. O problema se agrava num momento em que o País está prestes a ingressar na tecnologia 5G: são 33,9 milhões de desconectados, ou seja, pessoas que desconhecem o que se passa nas redes sociais e que jamais tiveram contato com aplicativos de mensagens.

Neste universo, prevalecem pessoas do sexo masculino, idosos, das classes C, D e E. O estudo aponta que 41,8 milhões estão classificados como subconectados (com conexão média de 19 dias/mês); 44,8 milhões estão parcialmente conectados (25 dias/mês); e 43,4 milhões se encontram totalmente conectados, com concentração majoritária nas regiões Sul e Sudeste, nas classes A e B [veja a tabela ao lado].

Dentre as principais consequências desta desigualdade digital, destacam-se o aumento do trabalho informal, a redução da produtividade, o déficit de profissionais preparados para atuar no mercado de trabalho digitalizado, o atraso na proficiência educacional entre os jovens e a formação digital precária em funções como programação e atividades relacionadas às inovações tecnológicas. Uma conta que pode sair cara para o Brasil, caso não haja políticas públicas estruturais comprometidas em reduzir este abismo.

Em determinadas áreas, como no caso das profissões ligadas à tecnologia, já é possível projetar o impacto para os próximos anos. Segundo a Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom), entidade que reúne 87 associados do setor, existe uma demanda por parte das empresas por 797 mil talentos, até 2025, em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), ao passo que o mercado registra um déficit anual de 106 mil profissionais.

As áreas mais promissoras, diz o estudo, estão em Inteligência Artificial (IA), Internet das Coisas (IdC) e Blockchain. Segundo Sergio Paulo Galindo, presidente-executivo da Brasscom, a carência na formação de bons profissionais é um reflexo do contraste socioeconômico brasileiro. “Enquanto as classes A e B contam com conectividade de primeiro mundo, a cobertura nas classes menos favorecidas é mais precária. Defendemos uma Reforma Tributária que elimine a maior parte dos tributos em energia e conectividade, insumos essenciais na base da cadeia produtiva.”

DISPARIDADES EVIDENTES

Segundo Marcos Ferrari, presidente da Conexis Digital Brasil, entidade que representa as operadoras de telecom no País, os reflexos da desigualdade digital passam mais pela ausência de medidas do que pela ineficiência do sistema de telecomunicações. “As operadoras estão fazendo a sua parte. Investimos R\$ 3,8 bilhões, em 2021, e estamos em 5,5 mil municípios com 3G e 5G. O que falta são políticas públicas integradas que tragam resultados estruturantes condizentes com o potencial de aprendizado e de desenvolvimento cognitivo disponibilizado pelo acesso à internet”, pontua.

Os dados da Conexis quanto à expansão do acesso estão corretos, mas uma pesquisa realizada pelo Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Cetic.br|NIC.br), em parceria com o Programa de Acesso Digital (DAP) da Embaixada Britânica no Brasil e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), reforça a percepção da desigualdade digital. Segundo Alexandre Barbosa, gerente do Cetic.br|NIC.br., na última década, houve um crescimento expressivo no acesso à internet, impulsionado pela ampliação das conexões por fibra óptica. No entanto, isso aconteceu de maneira desigual. Os municípios com até 20 mil pessoas, que concentram 31,6 milhões de habitantes, apresentam um porcentual de usuários de internet menor do que o verificado em grandes centros urbanos.

As operadoras investem em regiões com viabilidade econômica e densidade populacional que justifique os aportes, acrescenta Ferrari, o que explica, em tese, a falta de sinal de internet em rodovias e áreas pouco povoadas. Segundo

ele, o instrumento para os investimentos públicos é por meio do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust), criado em 2000, com a finalidade de proporcionar serviços de universalização dos serviços de telecom. “O Fust nunca foi usado para a sua função”, lamenta o presidente da Conexis. Hoje, os recursos do Fust estão em torno de R\$ 25 bilhões, e o governo promete que sejam direcionados em sintonia com os investimentos das operadoras na instalação do 5G. O Ministério das Comunicações informa que cerca de R\$ 700 milhões do Fust estão previstos para a conectividade das escolas públicas, ainda em 2022.

ZERO RATING

Em um ponto, pode-se dizer que há consenso: tanto a desigualdade digital como o mau uso da tecnologia não estão relacionados à falta de oferta de equipamentos. Segundo estudo, divulgado em maio, da Fundação Getulio Vargas (FGV), o Brasil conta com 352 milhões de dispositivos portáteis (*smartphones*, *notebooks* e *tablets*) para uma população de 214 milhões de

pessoas, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Se incluirmos os computadores de mesa, a conta sobe para 447 milhões de dispositivos, o que representa uma proporção de dois equipamentos por pessoa. Os campeões de venda são os *smartphones* – três aparelhos a cada televisão vendida no comércio.

Confirmando uma tendência desde meados da década passada, os planos pós-pagos avançaram em relação aos pré-pagos e, hoje, respondem por mais de 50% das linhas – anos atrás, os pré-pagos chegaram a representar mais de 80% do mercado. De acordo com a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), a mudança de comportamento no perfil do usuário tem ocorrido por três razões: concorrência mais acirrada entre as operadoras na oferta de pacotes de banda larga (4G); possibilidades de chamadas ilimitadas a todas as operadoras e de o usuário ter mais de um chip de cada prestadora; e a crise econômica entre 2014 e 2015, além da perda de poder aquisitivo na pandemia, gerando redução na capacidade de consumo nas classes de baixa renda – e pesando na conta do celular pré-pago.

O crescimento dos planos pós-pagos trouxe em paralelo uma estratégia comercial condenada por educadores: a prática do *zero rating*, isca de vendas oferecida pelas operadoras em parceria com algumas *big techs*. No modelo, o tráfego de dados de alguns aplicativos não conta para o consumo mensal da franquia, o que significa um estímulo ao usuário para ficar mais horas em plataformas sociais e de mensagens.

No entender de Marcelo Saldanha, diretor da Coalizão Direitos na Rede, o *zero rating* é ilegal por ferir o conceito de neutralidade da rede, previsto no Marco Civil da Internet, de 2014. “Este comportamento gera bolhas de desinformação e impede o usuário de ter o acesso amplo à web, em especial na banda larga 4G, o que o obriga a consumir o seu pacote de dados. Muitas pessoas ainda pensam que internet e Facebook são sinônimos”, comenta. Saldanha acredita que os planos oferecidos pelas operadoras pecam pela falta de transparência. “De nada adianta falar em velocidade de dados e não mexer na sua política de franquia. Boa parte do pacote é consumida nos anúncios pagos dos sites, e o consumidor

acaba sendo lesado, principalmente estudantes que queiram usar o celular para o aprendizado.”

Por sua vez, Ferrari, da Conexis Brasil Digital, se esquivava da polêmica. “A entidade não se envolve em aspectos comerciais das associadas”, argumenta. Enquanto, no Brasil, não há um posicionamento legal quanto à prática comercial das operadoras, em junho, o *zero rating* foi banido nos países da União Europeia (UE), tanto para operadoras móveis como provedores de internet fixa. A decisão partiu de um documento aprovado pelo Body of European Regulators for Electronic Communications (Berec), órgão regulador da UE que estabelece as regras a serem seguidas pelas entidades reguladoras de telecomunicações de cada integrante do bloco.

BUROCRACIA DE POSTES E ANTENAS

Além das questões comerciais, o avanço da conectividade depende da rede de antenas e postes a ser instalada em todo o território. Sancionada em 2015, a Lei Geral de Antenas (Lei 13.116/15) estabelece normas e padrões à instalação e ao compartilhamento de antenas de tele-

comunicações para expandir a rede de telefonia e celular, mas a regulamentação veio apenas em 2020, estipulando a autonomia dos municípios para fixação das regras. “Em muitos municípios, as legislações são da década de 1990 e não compatíveis para o 4G, muito menos para o 5G”, lamenta Ferrari.

O diretor da Conexis enxerga que a restrição de altura de quatro metros, na maioria dos municípios, é insuficiente para garantir a conectividade do 5G, que necessita de torres maiores e mais próximas entre si. “Em uma capital, uma antena cobre um raio de 600 metros. Com o 5G, será entre 200 e 300 metros de alcance, dependendo dos edifícios e da densidade populacional”, diz. A previsão inicial é de uma antena a cada 100 mil habitantes. De acordo com a Anatel, o cronograma inclui, até julho de 2025, todas as cidades com mais de 500 mil habitantes. Até o momento, a regulação está definida apenas em 12 capitais: Brasília, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Natal, Palmas, Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Vitória, Aracaju e Boa Vista.

Os obstáculos, lembra Ferrari, passam por certames regulatórios relativos ao compartilhamento de postes para o cabeamento aéreo das operadoras, problema mais latente nas grandes capitais, onde há o compartilhamento com as companhias de energia elétrica. “Sem uma regulamentação sobre o uso dos postes, não será possível oferecer uma rede satisfatória no 5G”, avalia o executivo.

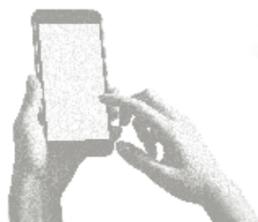
A entidade sugere a criação de um operador neutro para a administração dos postes, ressaltando que o custo final não pode recair nem para o consumidor de telecom, nem para o de energia elétrica. Há ainda a incidência de furtos e roubos de fios. A Conexis apura que, só em 2021, foram registrados casos de perdas de mais de 4 milhões de fios no setor de telecom. Para refrear a ação dos criminosos, está em tramitação na Câmara dos Deputados um projeto de lei que aumenta a reclusão para até oito anos, em casos de furto, e até dez anos, em casos de roubo.

Esta somatória de contextos traz consigo constatações desafiadoras: com desigualdade de acesso à internet, infraestrutura inadequada e educação deficitária, nossas opções para o futuro permanecem limitadas.

&

ÍNDICE DE PRIVAÇÃO ONLINE E OS PERFS DE USUÁRIOS

Perfil	Características predominantes	Período médio do último mês em que teve dados disponíveis para acessar a internet
PLENAMENTE CONECTADOS 49,4 milhões de brasileiros	Sul e Sudeste; celular pós-pago; acesso por <i>notebook</i> ; escolarizados; classes A e B; brancos	29 dias
PARCIALMENTE CONECTADOS 44,8 milhões de brasileiros	Sudeste; menos escolarizados; classes C, D e E; negros	25 dias
SUBCONECTADOS 41,8 milhões de brasileiros	Norte e Nordeste; celular pré-pago; menos escolarizados; classes D e E; negros	19 dias
DESCONECTADOS 33,9 milhões de brasileiros	Homens; não alfabetizados; classes C, D e E; idosos	Nenhum dia





ESTRONDO E INSURREIÇÃO

À uma da manhã do dia 5 de julho de 1922 – cem anos atrás – um tiro de canhão do Forte de Copacabana, disparado no mar, deu início a um ciclo de revoltas militares conhecido como tenentismo, que apressou o fim da República Velha e instalou a política dentro dos quartéis. Luís Carlos Prestes, Juarez Távora, Eduardo Gomes, Siqueira Campos, Cordeiro de Farias e Juracy Magalhães são nomes que o movimento projetou no cenário político nacional e que exerceram duradoura influência na sociedade brasileira.

texto HERBERT CARVALHO

Embora tenham se dividido posteriormente em campos ideológicos antagônicos, estes jovens oficiais tinham um ideário comum nas primeiras décadas do século passado: para superar a crise agrário-exportadora causada pela excessiva dependência do café, defendiam a modernização e industrialização do Brasil; em consequência, exigiam o voto secreto e o fim do Estado dominado pelas oligarquias rurais, sustentado pela corrupção e a fraude nas eleições.

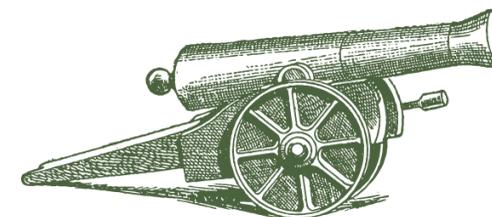
Provenientes de famílias modestas, enfrentavam no próprio âmbito do Exército uma contradição: tinham formação profissional qualificada, com foco no domínio dos avanços da tecnologia bélica proporcionados pela Primeira Guerra Mundial, mas sentiam-se bloqueados na carreira militar por critérios de ascensão marcados pelo apadrinhamento político.

Em março de 1922 o candidato oficial das oligarquias, Artur Bernardes, derrotara em eleições (mais uma vez, fraudulentas) o opo-

nente Nilo Peçanha, do movimento intitulado Reação Republicana, impulsionado pelas camadas médias urbanas identificadas com os oficiais de baixa patente. O descontentamento destes explodiu no dia 24 de junho de 1922, na mais tumultuada assembleia da história do Clube Militar. Na ocasião, aos gritos, tenentes xingavam seus superiores e apontavam o dedo na cara de generais.

Os acontecimentos se precipitam. Em 3 de julho, o Clube Militar é fechado e seu presidente, marechal Hermes da Fonseca, é preso. Dois dias depois, somente o Forte de Copacabana se levanta em armas, pois o governo, devidamente informado sobre a conspiração, neutraliza o levante em outras unidades, como a Escola Militar do Realengo. Os revoltosos são cercados, e os que se negam a render-se acabam mortos na areia da praia, em episódio que passa à história como “Os 18 do Forte”.

O heroísmo demonstrado gera simpatia na opinião pública e forte repressão em todo



o País. São suspensas as garantias constitucionais e decretado o estado de sítio, mantido em vigor durante todo o governo de Bernardes. As transferências de oficiais rebeldes para extremos do território nacional – como o Rio Grande do Sul ou o Amazonas – não diminuí, entretanto, o ímpeto dos tenentes. Ao contrário, faz com que estes Estados participem do segundo levante, com início em São Paulo, exatos dois anos depois, em 5 de julho de 1924.

Na madrugada desse dia, tropas rebeldes do Exército e da Força Pública tomam de assalto os principais pontos estratégicos da capital paulista. Embora os verdadeiros líderes da revolta fossem os tenentes Miguel Costa e Joaquim Távora (morto em combate), o comando do movimento foi entregue ao general reformado Isidoro Dias Lopes, que, durante 20 dias, assumiu o controle da cidade.

No ultimato que divulgam, os sublevados exigem: “Entrega imediata do Governo da União a um Governo Provisório composto de nomes nacionais de reconhecida probidade e confiança

dos revolucionários”. Como resposta, Bernardes manda aviões bombardearem a cidade. Os tenentes iniciam, então, uma “guerra de movimento”, retirando-se para o norte do Paraná, onde fazem junção com tropas gaúchas lideradas por Luís Carlos Prestes.

Para manter ilesa a bandeira da revolução, nasce, então, nas imediações de Foz do Iguaçu, a coluna Miguel Costa-Prestes, cujas façanhas representariam o ápice do tenentismo: acoçados pelas forças governistas, cerca de 1,5 mil combatentes percorreram, durante mais de dois anos, 12 Estados das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste. Invictos após a longa marcha de 25 mil quilômetros, refugiaram-se na Bolívia em fevereiro de 1927, quando o presidente do Brasil já era Washington Luís, o último da República Velha.

A partir daí, as lideranças tenentistas se dividem. O “cavaleiro da esperança” – como Prestes foi retratado na obra de Jorge Amado – recusa-se a participar da Revolução de 1930 e adere ao comunismo, passando a denunciar a grande propriedade latifundiária e a subserviência ao im-

“OS REVOLTOSOS SÃO CERCADOS, E OS QUE SE NEGAM A RENDER-SE ACABAM MORTOS NA AREIA DA PRAIA, EM EPISÓDIO QUE PASSA À HISTÓRIA COMO ‘OS 18 DO FORTE.’”

perialismo anglo-americano como as principais causas do atraso no Brasil.

No lado oposto, Juarez Távora comanda as forças nordestinas e nortistas, que apoiaram a insurreição liderada por Getúlio Vargas a partir do Rio Grande do Sul. Ao assumir o governo, com sua proverbial astúcia, Vargas neutraliza a força dos tenentes que o apoiaram espalhando seus líderes em cargos pelos Estados. Em 1932, Lamar-tine Babo ironizaria o acontecido, em célebre marchinha: “Mulata, mulatinha, meu amor, fui nomeado seu tenente interventor”.

Limitado nas ideias, radical na forma e elitista ao ponto de dispensar a participação popular nas mudanças que almejava, o tenentismo se colocava como salvador da pátria corrompida. Deu origem a um partido fardado, que se atribui a missão de tutelar a Nação. Ao contrário das agremiações civis, porém, não disputa eleições, já que se vale de métodos próprios, proporcionados pelas armas, para intervenções políticas sem paralelo nos países moldados pelo Estado democrático de direito.





SOLAVANCOS NA ELEIÇÃO

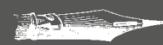
de que precisa para controlar o Congresso e aprovar medidas sociais emergenciais, como a PEC dos Benefícios, que podem beneficiá-lo. Usa as urnas eletrônicas como estratégia para atacar o TSE, escolhido como seu maior adversário político.

Lula, mais planejado e contido, concentra sua campanha na construção de alianças regionais que permitam associar a Presidência às campanhas de governador. Busca aumentar sua performance nas redes sociais e manter fidelizados os movimentos sindicais e populares. Tem feito reuniões setoriais, fechadas, costuras que possam formar uma maioria estável, vislumbrando manter a dianteira nas pesquisas. Percebeu que, se a eleição anda bipolar nacionalmente, para governadores, ela é multipolar.

Ciro, intempestivo e persistente, continua o mais bem colocado do segundo grupo, resistindo às investidas dos que tentam inviabilizá-lo. Insistindo na tese de que é um que vale por dois, não está conseguindo criar expectativas de crescimento, aguardando um erro dos dois primeiros diante de um eleitorado estagnado até aqui. Mesmo com a divisão do MDB, Simone segue em frente com o PSDB, pela primeira vez, sem candidato a presidente. Com Ciro, reúne as condições para levar a eleição para o segundo turno.

O dado mais curioso da campanha é a ausência total de debate sobre a renovação do parlamento, com deputados e senadores apoiando qualquer um dos candidatos nos seus Estados. O Congresso atual criou, entre os parlamentares, a ilusão de poder independente e forte, camisa de força dos futuros presidentes. Não é bem assim, pois o que o fortaleceu foi o monopólio não transparente sobre o orçamento, situação constitucionalmente insustentável.

Até agora, temos somente pura política de políticos. Economia, carestia, investimentos, emprego e inflação entram em campo após o horário eleitoral gratuito. Os verdadeiros solavancos de quando o jogo começar para valer.



PAULO DELGADO

é sociólogo,
cientista político
e copresidente
do Conselho
de Economia
Empresarial e
Política (CEEP) da
FecomercioSP

DESAFIOS ECONÔMICOS PARA 2023



ANTONIO LANZANA,
é copresidente
do Conselho de
Economia Empresarial
e Política (CEEP)
da FecomercioSP
e professor na
Universidade de
São Paulo (USP) e
na Fundação Dom
Cabral (FDC)

Embora as discussões envolvendo a sucessão presidencial estejam concentradas em assuntos imediatos (preços dos combustíveis e da energia elétrica, assim como transferências governamentais), é importante destacar que o presidente eleito vai enfrentar uma série de desafios na área econômica em 2023.

A elevada inflação observada em praticamente todo o mundo está obrigando os Bancos Centrais a elevar as taxas de juros, indicando perspectiva de forte desaceleração da economia mundial, ou até mesmo de recessão, no próximo ano. O Brasil será duplamente afetado por este cenário: de um lado, os preços das commodities tendem a cair (o que já está ocorrendo), lembrando que, nos últimos anos, as fases de melhor desempenho econômico do País estiveram associadas à alta dos preços das commodities; de outro, o aumento da aversão ao risco, normal em períodos de contração da atividade mundial, afetará os países emergentes (incluindo o Brasil), impactando o fluxo de recursos estrangeiros e, conseqüentemente, a taxa de câmbio.

A inflação, apesar de indicar tendência de desaceleração até o final do ano, permanecerá muito alta, com o IPCA encerrando 2022 próximo a 7% (muito acima do centro da meta, 3,5%, e do teto, 5%). Ao mesmo tempo, porém, em que as previsões de inflação para este ano vão se reduzindo, as estimativas para 2023 vão subindo, afinal, a expectativa atual de redução do ritmo de crescimento dos preços ocorre a partir de ações artificiais. Este quadro sinaliza que as taxas de juros devem permanecer muito elevadas ao longo do próximo ano, para não se verificar mais um “estouro” da meta.

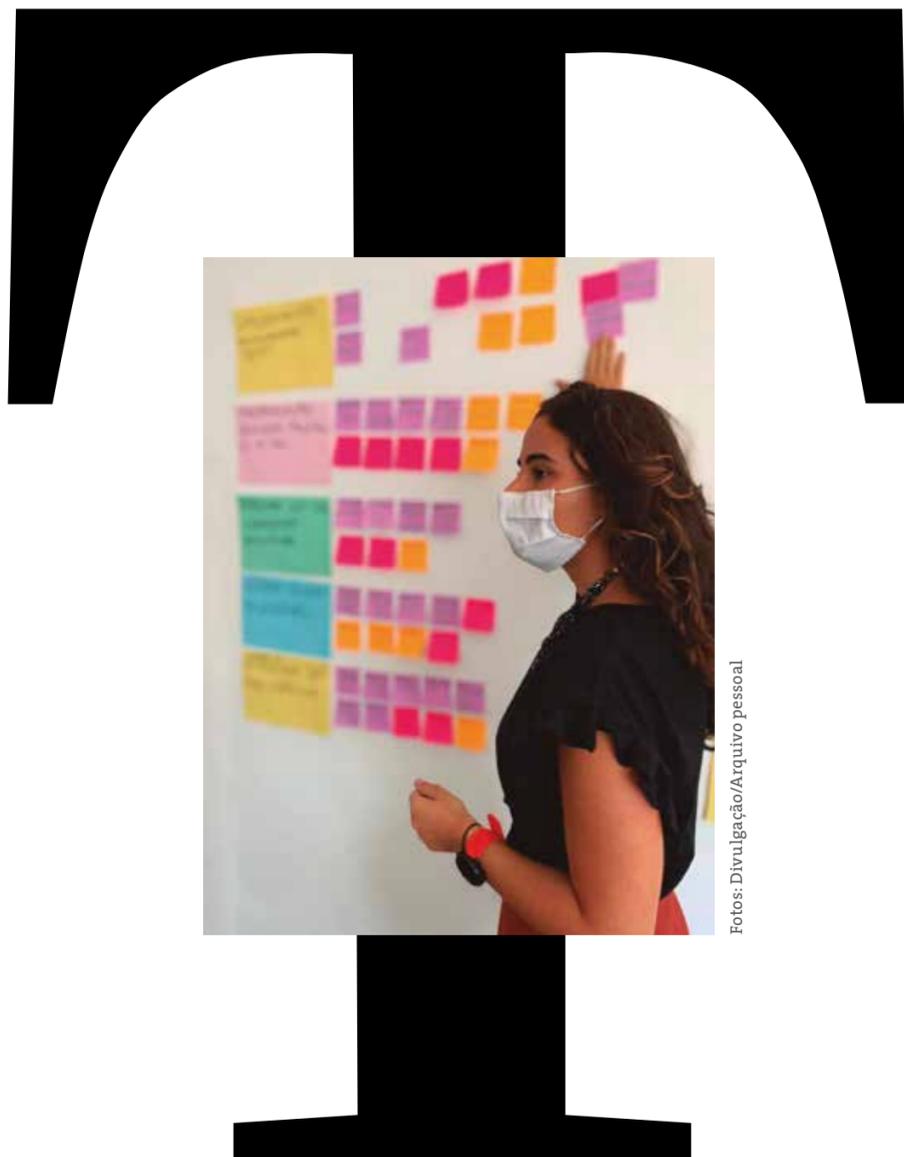
O maior desafio do próximo governo será, certamente, promover o ajuste fiscal. É importante lembrar que: a) as condições que permitiram um aumento considerável das receitas nes-

te ano (isto é, aumento dos preços de produtos com alta taxação, como combustíveis e energia elétrica, e elevação dos preços das commodities) não se manterão em 2023; b) haverá muita pressão para a manutenção das “benesses” recentes (aumento do auxílio emergencial de R\$ 200,00; elevação do vale-gás; auxílio para caminhoneiros autônomos; subsídio à gratuidade para idosos; compensação a Estados, para garantir competitividade tributária do etanol hidratado em relação à gasolina; auxílio a taxistas; e suplementação orçamentária para o Programa Alimenta Brasil), ainda que sejam válidas somente até o final do ano; c) haverá necessidade de definir um novo modelo de controle dos gastos públicos, dado que o atual teto de gastos está desmoralizado, com as várias alterações processadas; e d) a ausência de um ajuste fiscal mais significativo impactará negativamente o risco país, com conseqüentes reflexos na taxa de câmbio e, portanto, na inflação.

Outra preocupação está na taxa de desemprego, que vem mostrando redução nos últimos meses, contudo, deve encerrar o ano com números ainda elevados. A sociedade brasileira demanda não somente a criação de novos postos de trabalho. Também precisa de empregos de melhor qualidade. O alcance deste duplo objetivo está diretamente associado ao ritmo de crescimento econômico. As previsões de expansão do PIB para 2023, no entanto, não são animadoras, e vêm sendo sistematicamente reduzidas, como mostra a pesquisa FOCUS (último resultado indicou crescimento esperado de 0,5%).

O controle da inflação e o ajuste das contas públicas podem até ser pré-requisitos para se alcançar um período de crescimento econômico sustentado. Mas, no curto prazo, estes objetivos são conflitantes, situação típica de 2023. E o cenário internacional não vai colaborar.





Fotos: Divulgação/Arquivo pessoal

PRODUTIVIDADE NO SETOR PÚBLICO

texto FILIPE LOPES

Tornar o desempenho dos gabinetes legislativos mais eficiente. Esta é a proposta da Legisla Brasil, uma organização suprapartidária, sem fins lucrativos, que trabalha como ponte entre profissionais interessados em atuar no setor público e políticos que desejem qualificar as equipes.

A organização funciona como uma plataforma de empregos, na qual os interessados cadastram currículos e encontram vagas nos gabinetes do Poder Legislativo, em função das habilidades e das afinidades políticas. Também existe a possibilidade de os próprios políticos procurarem a Legisla para preencher uma vaga específica.

“Há uma enorme demanda por profissionais qualificados. Muitos parlamentares com vontade de fazer mais e melhor, o que vai na contramão do senso comum, de que político só quer manter as coisas como estão”, afirma Luciana Elmais, uma das sócias da Legisla, ao lado de Marina Cano.

A primeira iniciativa foi a de recrutamento e seleção na Câmara Municipal de São Paulo, que contou com mais de 300 inscritos em uma semana. Atualmente, a organização mantém alocados cerca de 150 profissionais em âmbito nacional. Desde 2017, já foram atendidos 300 gabinetes, de 19 partidos diferentes.

Para saber mais, acesse: legislabrasil.org

&

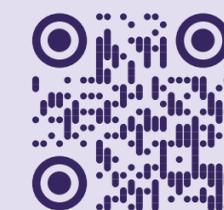
Quer ver mais ciência na imprensa brasileira?

bori agência

A Bori mapeia a ciência brasileira inédita e dissemina para rádios, TVs, jornais e sites de todo o país.

Apoie a Bori. Fale com a gente!

abori.com.br | bori@abori.com.br



POR QUE A REFORMA TRABALHISTA DEVE SER MANTIDA E APRIMORADA?



A LEI 13.467/17 MOSTROU TER SIDO UM IMPORTANTE PASSO PARA A MODERNIZAÇÃO DA LEGISLAÇÃO, GARANTINDO SEGURANÇA JURÍDICA NAS NEGOCIAÇÕES, REDUZINDO O MEDO DE EMPREGAR E CRIANDO ESTÍMULOS AO TRABALHO FORMAL.

OS 5 MOTIVOS QUE MOSTRAM QUE O BRASIL PRECISA MANTER A REFORMA TRABALHISTA

(e seguir aprimorando-a)

1

COM AS MUDANÇAS, SURTIRAM NOVAS FORMAS DE CONTRATAÇÃO, FACILITANDO AS ATIVIDADES EMPRESARIAIS. SEGUEM ALGUNS EXEMPLOS.

2

AS NORMAS COLETIVAS FORAM PRIVILEGIADAS, o que gera mais segurança jurídica e fomento de novos instrumentos normativos.

3

CRIOU-SE a possibilidade de empregados e empregadores pactuarem **BANCO DE HORAS**, sem intervenções de terceiros.

4

HOVE MELHORA NO AMBIENTE ORGANIZACIONAL, conferindo autonomia para as partes – empregados e empregadores – decidirem como pactuarão os descansos e as férias.

5

FORAM REVOGADOS OS ARTIGOS 384 E 792 DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT), que prejudicavam o desenvolvimento do trabalho da mulher.

TELETRABALHO: a legislação possibilita a manutenção de milhares de postos de trabalho, garantindo segurança jurídica para que empregados e empregadores possam estabelecer a continuidade da relação de emprego.

TERCEIRIZAÇÃO: com a vigência da lei tratando do tema da terceirização, houve redução na ordem de 70% da judicialização sobre o tema, numa comparação entre 2021 e 2016 (dados do relatório do TST).

TRABALHO INTERMITENTE: no Brasil, o empregado intermitente é protegido por todas as leis trabalhistas e previdenciárias, tendo vínculo empregatício reconhecido, carteira de trabalho registrada e todos os direitos da CLT garantidos.

TRABALHO AUTÔNOMO: a lei autoriza a contratação fora do vínculo empregatício, trazendo mais flexibilidade para este modelo de contrato.

CONTRATO POR TEMPO PARCIAL: foi legalizado o contrato por tempo parcial, que pode ser de dois tipos – de 26 ou de 30 horas por semana. No primeiro caso, horas extras são admitidas. Em tempos de crise econômica, é uma alternativa às demissões em massa.



FECOMERCIO^{SP}

Para acompanhar, participar e conhecer os detalhes sobre estas e demais vantagens que a reforma oferece, acesse:
[REPRESENTA.FECOMERCIO.COM.BR/REFORMADETODOS](https://representa.fecomercio.com.br/reformadetodos)